Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 325 - DE 17 A 23 DE AGOSTO DE 1987

Cz$ 10,00

Como andam os preparativos da greve geral

Nos últimos dias, os sindicatos intensificaram a mobilização para a paralisação do dia 20. As plenárias das centrais sindicais (CGT e CUT) reafirmaram que "a greve é irreversível" e decidiram reforçar os seus preparativos. Governo e empresários investem de várias formas para inviabilizar o protesto. Contam com a ajuda de certos dirigentes sindicais, que são criticados na base. Página 8

EDITORIAL

A greve em marcha

Sindicalistas chamados na Polícia Federal. Acusações de subversão e atividade antipatriótica contra os grevistas. Arrocho salarial acompanhado de migalhas atiradas para os trabalhadores como se fossem medidas em defesa do povo. Esta cena da atualidade assemelha-se em tudo ao período de decadência do governo Figueiredo. Mas parece que o sr. Sarney tem dificuldades de aprender com os fatos.

Neste clima é que os trabalhadores fazem os últimos preparativos para a greve geral do dia 20. O movimento reflete o descontentamento generalizado do povo tanto contra as orientações econômicas como com a política geral adotada pelo Planalto. A greve extrapola assim os limites sindicais, faz parte da luta popular mais ampla, que inclui os comícios por eleições diretas em 88 e por uma Constituição progressista que se espalham pelo Brasil. É também continuação da grandiosa jornada das diretas-já de 1984 contra a ditadura militar.

Mas José Sarney e os grupos reacionários que o sustentam não conseguem perceber o alcance da mobilização. Imaginam que a maré oposicionista que se avoluma a cada dia é fruto de articulações conspirativas - o mesmo raciocínio dos generais. Pensam por isto, que se intimidarem alguns dirigentes sindicais, se corromperem alguns outros e se lançarem a campo pelegos tipo Magri e Luís Antônio, podem esfriar a luta. Os patrões partem para a mesma atitude e, muito bonzinhos, concordam que é possível antecipar o pagamento do tal resíduo inflacionário roubado no disparo do último gatilho no mês passado. Aliás o governo também pensou em coisa deste tipo quando concedeu o abono, desculpem, a esmola, de 250 cruzados há poucos dias.

Certos líderes se confundem com esta situação. Notam que entre os próprios trabalhadores existem certas incompreensões. Mas ao invés de realizarem a sua tarefa de dirigentes, de discutirem com os associados de suas entidades, de realizarem um trabalho de esclarecimento e de batalharem pela unidade, preferem lamentar as dificuldades.

Não se pode pensar que uma greve geral nacional se efetive espontaneamente - ela é resultado de um sentimento objetivo entre as grandes massas. Mas para que este anseio se materialize em uma paralisação em todo o país num mesmo dia, evidentemente não se pode dispensar uma atividade coordenada dos sindicatos e das organizações populares. E uma vez marcada a data da greve, depois de muitas discussões entre as entidades nacionais, o que compete a cada dirigente sindical é empreender todos os esforços para superar os obstáculos e não choramingar diante de cada dificuldade.

O mesmo acontece com a campanha das diretas 88. Problemas existem. Não se deve desconhecê-los. Mas o sentido geral é no rumo da unidade e do crescimento. O fim do governo Sarney, o protesto contra o entreguismo descarado e a submissão aos ditames dos militares são aspirações que empurram concretamente o movimento social. Os comícios e a greve geral estão entrelaçados e, se bem conduzidos, representarão papel decisivo para promover as mudanças tão reclamadas.

A greve geral ainda tem um mérito particular. No movimento sindical tem servido para identificar os pelegos, que andavam enrustidos, posando de democratas, e, por outro lado, tem proporcionado um clima de unidade entre os sindicalistas dispostos a interpretar a vontade das massas trabalhadoras. Na luta criam-se, assim, melhores condições para a tarefa de construir uma única central em plano nacional.

PCdoB/SP expulsa grupo fracionista

Reunião extraordinária do Diretório Regional de São Paulo afasta o grupo formado por Antônio Neto Barbosa. Pág. 5

Recife na briga contra o aumento das passagens

Cerca de 500 populares foram atacados pela polícia, no dia 12, quando realizavam um protesto contra os aumentos de passagens de ônibus em Recife. Sete viaturas da PM invadiram a rua dos Guararapes, transformando o local numa verdadeira praça de guerra. Os policiais investiram contra os manifestantes, agrediram a imprensa, prenderam ativistas, chegando ao ponto de chutar uma mulher grávida, d. Maria de Lourdes. A tenente Eleonora (polícia feminina) sacou o revólver contra os populares.

Irritado com a provocação, o povo foi em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo, para exigir do governador Miguel Arraes um posicionamento democrático. Mas o número de policiais aumentava à medida em que os populares se aproximavam da sede do governo. Palavras de ordem como "O povo não quer mais a polícia de Arraes" começaram a ser gritadas.

Uma comissão foi discutir com o governador. Arraes não se encontrava, e a comissão conversou com os secretários da Casa Civil e da Habitação. Ambos se disseram surpresos com a repressão ao movimento.

Nova manifestação foi marcada para o dia 17, segunda-feira. As reivindicações são: contra o aumento das passagens, estatização do sistema de transporte coletivo, fim da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos e melhoria da frota atual. Em Recife são apenas 500 ônibus para servir a 2 milhões de pessoas.

Segundo Marcelo Cavalcanti, do PCdoB, o governador Arraes tem o dever moral e político de punir os responsáveis pela agressão à população na manifestação de quarta-feira.

Diretas: os comícios de Campinas e Caruaru

Mais duas manifestações comprovaram o apelo popular da campanha. Mas há também alguns problemas, que é urgente corrigir. Pág. 3

Fonteles: os nomes dos criminosos

O empresário Joaquim Fonseca e o Bamerindus seriam os mandantes do crime. O nome dos assassinos está na página 7

Foto: Adolfo Gerchmann

Orlando, criador do Parque Xingu

Villas Boas: reservas dos índios são invioláveis

Enquando a direita lança uma campanha sórdida contra as reservas indígenas, Orlando Villas Boas, indigenista de fama mundial, explica à *TO* que os índios do Xingu só sobrevivem porque a área se manteve intocável. Pág. 6

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ÁFRICA AUSTRAL

Ação racista e imperialista

O sul da África esta envolvido numa guerra sangrenta e que freqüentemente assume caráter genocida. No entanto os conflitos que ali se desenrolam apresentam particularidades e contradições curiosas. Senão vejamos: a maior potência econômica da região é a África do Sul, que mantém um regime completamente fora do tempo, um apartheid que lembra os tempos de escravidão. A política em relação a seus vizinhos negros é extremamente agressiva, mantendo com eles, porém, laços que são essenciais a ambos os lados. Para o país racista, seus vizinhos são os clientes potenciais para seus produtos industriais e sua tecnologia. Para o lado mais fraco a exportação de serviços, bens e até mesmo a manutenção de importantes contingentes humanos trabalhando nas minas sul-africanas são indispensáveis à sobrevivência econômica. A infraestrutura de transportes e comunicações, herdada do colonialismo, torna praticamente inevitável a cooperação econômica.

A África do Sul é um gigante econômico em comparação com seus Estados vizinhos: a ordem de grandeza do PIB em relação a eles é de dez para um e até de cem para um. Nenhum país ao sul do Sahara tem qualquer condição de exercer pressões reais, ou se constituir em ameaça militar ao gigante racista. Essa condição de relativo gigantismo tende a se alterar a longo prazo, mesmo porque a posição ideológica desse país é indefensável no mundo de hoje. Essa realidade não passa despercebida aos estrategistas "afrikaners". No plano interno já existe uma polarização acentuada entre os "verligte" (conservadores) e os "verkramote" (muito conservadores).

O plano de "liberalização" do regime defendido pelos "verligte" não cogita de nenhuma justiça social ou considerações de cunho humanístico. É apenas uma estratégia fria de manutenção dos privilégios brancos. Consiste em revogar algumas leis mais abertamente obscenas, como a proibição dos casamentos mistos (enfrenta nesse caso a oposição da Igreja Holandesa Reformada, esteio ideológico do status quo), ou ainda medidas liberalizantes no tocante aos pequenos investidores negros. Isso propiciaria o surgimento de uma classe média negra, ainda que muito limitada numericamente.

A outra parte da população negra, totalmente marginalizada, seria em grande parte enviada para os bantustões. Os bantustões são curiosas invenções que datam do Native Land Act (1913), quando se dividiu a terra de tal modo que à esmagadora maioria negra caberia apenas 13% do território. Assim os negros não seriam de nacionalidade sul-africana, mas sim de algum bantustão que corresponderia ao seu grupo étnico. Para trabalhar na África do Sul eles necessitariam de um passaporte e seriam considerados imigrantes. O processo de "independência" dos bantustões começou a se concretizar em meados dos anos 70, mas nenhum país da comunidade internacional sequer reconheceu qualquer deles como nação soberana.

COOPTAÇÃO

Além dessas medidas em relação aos negros, se tentaria cooptar os mestiços e asiáticos através de alguma concessão em relação aos direitos políticos dessas minorias. Com esse conjunto de medidas ter-se-ia conseguido manter a pressão social sob controle, pensam os racistas.

Do outro lado da luta, os chamados países da Linha de Frente. Dentre estes, os mais perigosos, do ponto de vista sul-africano, são as ex-colônias portuguesas de Angola e Moçambique, que mantêm relações estreitas com o bloco soviético.

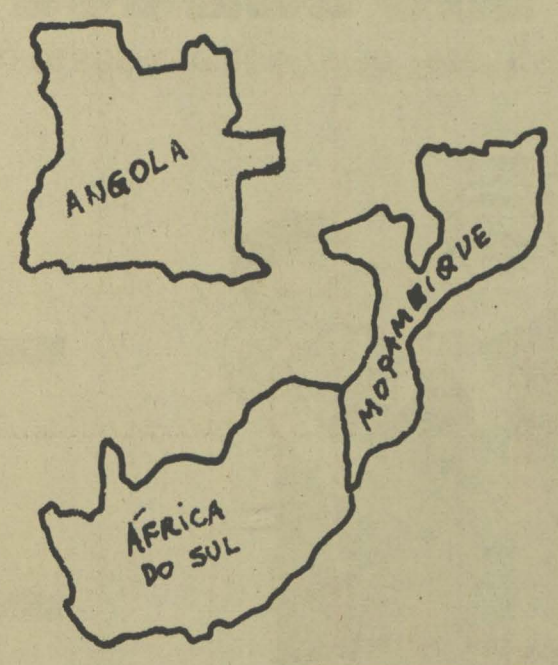
Em Angola o processo de independência envolveu uma guerra civil aberta entre três movimentos: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) de Agostinho Neto, hoje falecido; o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola). Havia também um movimento no enclave de Cabinda que não teve maior importância militar. Com o Zaire, a China e a CIA apoiando o FNLA e a África do Sul invadindo o país em apoio à UNITA, o desfecho da luta não teria sido favorável ao MPLA se não fosse a intervenção militar direta cubana. Apesar desse resultado, o país enfrenta dificuldades até hoje, pois a Unita prossegue a luta, principalmente no sul do país, onde recebe apoio ativo do Exército sul-africano. Essa situação de guerra prolongada tem sido um dos maiores óbices ao desenvolvimento do país, apesar de ser rico em petróleo e minerais.

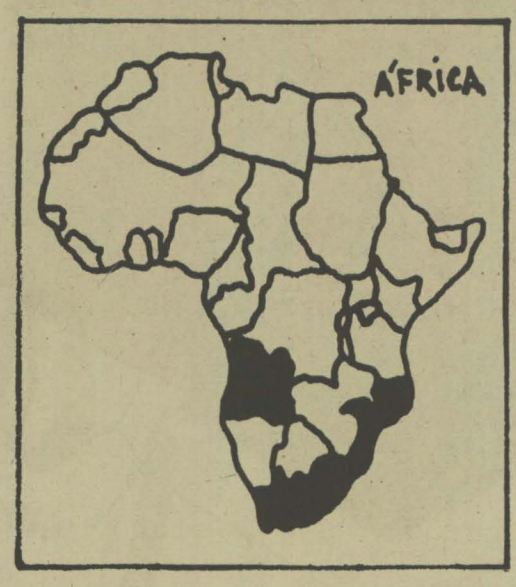
AÇÃO RACISTA

Em Moçambique a situação vem se agravando paulatinamente nos últimos anos. Logo depois da independência, em 75, o apoio desse país à luta de libertação do Zimbabwe, então Rodésia, custou muito caro ao país. Com o fim do conflito, a África do Sul e a CIA passam a apoiar de forma mais concreta a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), visando antes de tudo impedir o desenvolvimento econômico do país. O presidente Samora Machel tentou deter a ajuda sul-africana à Renamo, assinando o Acordo de Nkomati. Pelo acordo os racistas se comprometiam a cessar a intervenção em Moçambique via apoio a Renamo. Em contrapartida este país cortaria a assistência ao ANC (Congresso Nacional Africano). O acordo não deu certo, apesar de significar o reconhecimento da Renamo pelo governo de Maputo, porque a posição americana coincidia com a dos setores racistas mais duros e era pela confrontação.

A Renamo, no entanto, terá muitas dificuldades para ser aceita pelos outros países da região como representantes do povo moçambicano. Um de seus mais ativos idealizadores, Jorge Jardim, um milionário moçambicano que se estabeleceu no Gabão após a independência morreu em 83; nesse mesmo ano o secretário-geral foi encontrado com um tiro na cabeça no seu apartamento em Pretória e seu sucessor no cargo acabou sendo substituído por um negro dentro de um processo de "africanização" dos quadros. No entanto, a falta de credibilidade e o caráter de títere da África do Sul se mantêm, além de uma total indefinição ideológica.

(Abel Brasil)





ÁFRICA DO SUL-MINEIROS

A maior greve

Cerca de 340 mil trabalhadores negros das minas de ouro e carvão da África do Sul entraram em greve a partir do dia 10 de agosto, exigindo entre outras reivindicações um reajuste salarial de 30%. A proposta dos patrões é de conceder um reajuste de apenas 13%, iguais à inflação oficial. Nos dois primeiros dias de greve, 28 minas de ouro e 18 de carvão (representando 40% da mão-de-obra na mineração) estavam totalmente paradas. Segundo o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM), Cyril Ramaphosa, esta "é a maior mobilização grevista da história da África do Sul".

A paralisação elevou a tensão no país, pois há mais de um ano o governo racista decretou o estado de emergência e qualquer mobilização dos negros é reprimida a bala. Tropas foram deslocadas para as imediações das minas e os agentes de segurança das empresas tentaram por todos os meios obrigar os mineiros a trabalharem. Para evitar estas violências, milhares de grevistas abandonaram seus alojamentos nas minas.

FALTA DE SEGURANÇA

Além da reivindicação salarial os grevistas protestam contra as péssimas condições de vida dos mineiros, contra a falta de segurança no trabalho, contra a discriminação entre empregados negros e brancos e contra o controle policial nas minas. A grande maioria dos mineiros são negros, encarregados dos serviços mais pesados, e ganham três vezes menos que um trabalhador branco que faça o mesmo tipo de serviço. Em 1986 cerca de 800 mineiros negros morreram em acidentes subterrâneos. Os dados estatísticos são macabros. De cada dez trabalhadores negros, dois devem morrer ou ficar inutilizados no trabalho.

Os mineiros de cor ficam confinados em alojamentos segregados, não podem trazer suas mulheres e não têm liberdade para se movimentar. Os galpões em que dormem são constantemente vigiados por policiais que periodicamente revistam os trabalhadores, usando cães farejadores em busca de mulheres clandestinas e de objetos suspeitos. Mineiros acusados de roubar comida do refeitório já foram torturados com choques elétricos.

GOLPE NA ECONOMIA

Esta paralisação (que já vinha sendo preparada desde março) ocorre junto com o ascenso do movimento sindical do país. E isto representa um forte golpe contra o **apartheid**, pois atinge diretamente a economia sul-africana. Esta última greve atinge a veia jugular da economia, pois a mineração é responsável por 80% da entrada de divisas externas no país.

Quem geralmente coordena essas lutas é a central sindical Cosatu, formada há pouco mais de um ano e meio que já conta com cerca de 750 mil filiados. Os maiores sindicatos à ela filiados são o dos mineiros e dos metalúrgicos. Já foram realizadas neste período duas greves gerais.

O governo responde a esta elevação do crescimento das lutas com uma brutal repressão, como a ocorrida este ano durante a greve dos ferroviários. O movimento se iniciou devido à demissão arbitrária de um maquinista, se alastrou por todo o país e passou a exigir o reconhecimento do seu sindicato e o fim da discriminação racial. Seis grevistas foram mortos pela polícia e mais de 400 presos. Em solidariedade aos ferroviários os trabalhadores dos correios e telecomunicações entraram em greve. Junto a esta mobilização são feitas amplas campanhas de sindicalização, fazendo dobrar o número dos filiados aos sindicatos.

Piquete grevista em Joannesburg: exigência de reajuste de 30%

HAITI

Mudanças de fachada

Nas últimas semanas, o povo do Haiti viveu um verdadeiro clima de terror. Descontente com os rumos tomados pelo governo provisório chefiado pelo general Henri Nanphy, a população desta pequena nação do Caribe saiu às ruas para exigir a imediata redemocratização do país. A manifestação, proibida pelo governo, foi tratada com a habitual fineza dos ditadores militares. Tropas do Exército atiraram contra a multidão, matando dez pessoas e ferindo uma centena.

O Haiti viveu quase 30 anos sob a ditadura sanguinária dos Duvalier, sendo que o Baby Doc foi derrubado em 1986. No mesmo ano subiu ao poder o atual governo provisório comandado por Nanphy. Embora a queda do ditador Baby Doc tenha contado com o apoio do povo do Haiti, a pouca organização da população não permitiu que o processo culminasse numa transformação profunda na sociedade haitiana. Assim, tudo acabou sendo apenas uma troca de chefes, habilmente manipulada pelo imperialismo norte-americano, que viu que Duvalier não tinha mais condições de governar o país.

Os fatos que se sucederam demonstraram isso. O governo provisório foi formado, em sua maioria, por ex-integrantes do governo de Duvalier. Não se rompeu com o imperialismo norte-americano. E prosseguiram as perseguições aos democratas.

Na manifestação do final de julho, onde o Exército assassinou populares, o povo haitiano lembrava a triste fundação dos "tontons-macoutes", a terrível polícia política dos Duvalier. Com a queda de Baby Doc, esta polícia política foi desativada "pró-forma", porém seus antigos componentes continuam em atividade. No dia 27 de julho, 300 camponeses foram assassinados a golpes de machado e pauladas na cidade interiorana de Jean Rabel. O assassinato decorreu diante de uma invasão de terras por parte dos camponeses pobres da região. Os latifundiários contrataram o serviço destes ex-agentes da polícia política, que realizaram a chacina ... Tudo sob a complacência do governo.

GOVERNO REACIONÁRIO

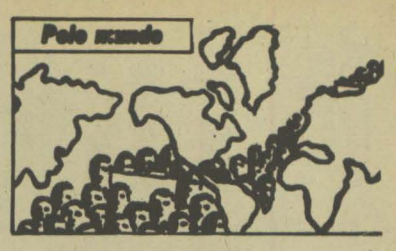
O povo exige a imediata renúncia de Henry Nanphy, e a convocação de eleições diretas para a constituição de um governo civil capaz de encabeçar as mudanças profundas que o país necessita.

E a necessidade de mudanças no Haiti é evidente. O país é um dos mais pobres do mundo, com a expectativa média de vida não ultrapassando os 33 anos e um índice de analfabetismo de 80%. É o maior exportador de **sangue humano** do mundo! Ostenta o título do mais subdesenvolvido da América.

Assim, tal situação leva o povo haitiano a clamar por mudanças profundas e urgentes, pondo por água abaixo o projeto norte-americano de abafar o descontentamento com a simples troca de chefes. Mas o povo haitiano terá que lutar muito e avançar na sua organização, pois Nanphy afirma categoricamente que não é o momento para a realização de eleições no país (elas estão marcadas, a priori, para 1988) e que continuará tratando a ferro e fogo os opositores do regime. Como nos tempos de Baby Doc.

(Dennis Oliveira)

Tropas nas ruas: como nos tempos de Baby Doc



Pressão dos bancos

O presidente Alan Garcia, do Peru, anunciou, dia 7, a suspensão da intervenção nos bancos privados do país. Garcia mantém, porém, o projeto de lei estatizando os bancos, enviado ao Congresso: "Confio que no mais breve prazo nosso parlamento, formado em sua maioria por partidos progressistas e por nossos representantes do Apra, aprove a lei sobre a nacionalização", disse.

Preso e emparedado

O governo paraguaio "emparedou" o prisioneiro político Napoléon Ortigoza em sua própria casa. A porta da cela de Ortigoza, ex-capitão do Exército paraguaio preso há 24 anos, foi retirada e substituída por uma parede de ladrilhos. A única comunicação entre Ortigoza e o mundo além-cela é uma pequena abertura por onde lhe passam os alimentos.

Greve na Argentina

Os funcionários de seis linhas ferroviárias estatais e todos os hospitais e postos de saúde da Argentina paralisaram dia 11 suas atividades reivindicando melhores salários. A greve dos ferroviários foi de 24 horas. Já a paralisação dos funcionários de hospitais e centros assistenciais do Estado é por tempo indeterminado, e foi convocada pela Associação dos Trabalhadores do Estado, após uma longa espera de que suas reivindicações salariais fossem atendidas. O país está com eleições legislativas marcadas para 6 de setembro, e o conjunto dos sindicatos pretende negociar os salários antes do pleito, para tentar compensar a inflação, cujo índice de agosto é previsto para 14%.

Invasão da Nicarágua

A invasão da Nicarágua custaria aos Estados Unidos cerca de 12 bilhões de dólares e cerca de 1.100 mortos. A informação é do tenente-coronel reformado John Buchanan, que afirmou que em duas semanas Wasghinton teria o controle das principais cidades nicaragüenses. Segundo o Departamento de Defesa dos EUA, o estudo de Buchanan está "muito próximo dos planos de emergência" preparados pelo governo Reagan para invadir o pequeno país centro-americano. A divulgação da estratégia invasora ocorreu no mesmo dia em que os chefes de governos da América Central anunciavam um acordo de paz na região...

Falências na Iugoslávia

Segundo a imprensa iugoslava, centenas de empresas do país poderão ser fechadas, se não saldarem suas dívidas até 30 de setembro. O secretário de Finanças, Slavoljub Stanic, elaborou uma lei - já em vigor - que determina a falência de empresas sem condições de pagar suas dívidas até setembro - elas estariam apresentando um prejuízo estimado em 1,4 milhões de dólares. O governo iugoslavo admite que a lei não adquiriu "grande popularidade", mas considera suas determinações "indispensáveis do ponto de vista econômico". Cerca de 800 firmas apresentaram prejuízos, até o fim do mês de maio, de 268,4 milhões de dinars - a moeda local. Muitas delas pertencem aos setores de indústria, minas, saúde e previdência social, e deverão ser fechadas, agravando o problema do desemprego neste país que tem a pachorra de se apresentar como "socialista".

A Agência France Press considera que "quase 23% das empresas iugoslavas correm o risco de fechar suas portas", devido às novas medidas determinadas por Slavoljuv Stanic. O governo "autogestionário" informa que existem no país 1,1 milhão de desempregados, dos quais 800 mil com menos de 30 anos.

Terrorismo sionista

O jornal israelense "Yedioth Ahronot" denunciou que o rabino Meir Kahane, deputado da extrema direita, treina adolescentes com armas de fogo de alto calibre em colônias de férias, além de adestrá-los para enfrentar eventuais interrogatórios dos serviços de segurança de Israel. A polícia prometeu investigar a denúncia, mas fala-se de sua cumplicidade com a extrema-direita. Vários parlamentares pediram a prisão dos responsáveis pelo grupo terrorista. O partido Kach, representado no parlamento por Kahane, tem plataforma racista e defende a expulsão dos dois milhões de árabes que moram em Israel e nos territórios ocupados de Cisjordânia e Gaza. Kahane disse que o campo de treinamento de terroristas não é ilegal e que visa "mostrar aos jovens que este país nunca terá paz e está cercado por um inimigo implacável".

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

DIRETAS 88-CAMPINAS

A campanha chega a São Paulo

Um público estimado em cerca de seis mil pessoas ocupou no último dia 10 quase toda a extensão do Largo do Rosário, o ponto central da cidade de Campinas, para participar de mais um comício por diretas-88 patrocinado pela Coordenação Nacional da campanha. O ato marcou o início da mobilização popular por diretas no estado de S. Paulo, foi considerado como bem-sucedido por seus organizadores e pelos líderes dos partidos que dela participaram, e pode contribuir para que deslanchem os preparativos visando a realização de um grande comício na cidade de S. Paulo, previsto para o início de outubro.

O verdadeiro significado da presença popular em Campinas pode ser melhor compreendido quando se compara a manifestação do dia 10 com as maiores já realizadas na história recente da cidade. Segundo avaliação feita pelo presidente do diretório municipal do PCdoB, Sérgio Benassi, o comício por diretas-88 só perde para o ato por "diretas-já" realizado em janeiro de 84, que reuniu cerca de 10 mil pessoas.

As condições de convocação, no entanto, são incomparáveis: O comício de três anos atrás, lembra o dirigente comunista, foi organizado "no gabinete do prefeito". Toda a máquina administrativa esteve acionada durante um mês para que ele ocorresse com êxito; foi impresso material de propaganda abundante e mais de 60 ônibus alugados para transportar gratuitamente o povo aos pontos mais distantes. Desta vez, os grandes partidos ignoraram o comício, e embora o visse com simpatia, a prefeitura, procurada várias vezes pelos organizadores, limitou-se a ceder o palanque de onde falaram os oradores.

Foto: Antonio Martins

Campinas: a convocação foi unitária, e a presença popular significativa. Mas há problemas a superar

PRESENÇA POPULAR

Para fazer frente à precariedade dos meios de que dispunham para a convocação, os sindicatos, as entidades estudantis e as associações comunitárias foram então obrigadas a desencadear um gigantesco esforço de mobilização, promovendo panfletagens e comícios-relâmpago nos pontos de maior concentração popular da cidade e junto a suas bases. Alguns aspectos deste esforço merecem destaque. Quase todos os sindicatos, por exemplo, imprimiram e distribuíram convocatórias próprias, conclamando especificamente suas categorias para o ato.

O trabalho rendeu frutos. Desde as 18 horas uma platéia atenta e participante começou a concentrar-se no Largo do Rosário, saudando com refrões entusiasmados uma longa lista de oradores, representantes dos diretórios municipais dos partidos progressistas e de entidades populares. Adriana Saker, diretora da UNE, comparou o ministro Bresser Pereira a uma hiena que ri da desgraça alheia, e acusou Sarney de receber com cortesia os representantes da UDR. A assistência concordou: "Sarney, ladrão, Pinochet do Maranhão". Será que vão processar os seis mil presentes?

Flávio Costa, dirigente comunitário da cidade, falou em nome da CONAM e contestou as declarações do presidente, que tem declarado que se ofende com críticas feitas a seu governo. "Ofensa é o povo trabalhar e ver as riquezas que produz serem sugadas pelos bancos americanos; ofensa é um abono salarial que não dá sequer para as despesas com leite durante um mês", afirmou, e foi logo apoiado pela massa: "O povo não atura, Sarney é ditadura". Jair Meneghelli, presidente da CUT e um dos últimos a falar, fez um chamamento à greve geral. O coro de voz ergueu-se ao final de seu discurso, repetindo por quase um minuto: "greve, greve, greve..."

Os dois últimos oradores, João Amazonas, presidente do PCdoB, e Lula, do PT, insistiram nas críticas ao governo e nos apelos por mudanças progressistas. Lula lembrou que o Brasil tem muitas riquezas: uma força de trabalho extraordinária e enormes recursos naturais. Depois garantiu: "É possível viver em um país diferente, onde o povo seja feliz. Este país vai existir e vai ser o nosso próprio Brasil". Amazonas alertou: "Sarney quer mais um ano de governo para vender de vez o país ao capital estrangeiro, proteger melhor os latifundiários e consumar atos como a entrega da Petrobrás". Fez um veemente apelo à unidade na campanha por diretas-88 e para que se abandone todo exclusivismo em sua condução, e concluiu: "Mais poderosos que os tanques do Exército, que a arrogância de Sarney, é o povo unido e organizado nas ruas".

LIÇÕES A APRENDER

Se em termos gerais o comício obteve sucesso é necessário destacar também pontos fracos e lições que devem ser aprendidas. Salto aos olhos, em primeiro lugar, que as forças progressistas de S. Paulo que já se encontram envolvidas na campanha ainda encontram grandes dificuldades para angariar novos apoios para o movimento. A rigor, apenas dois partidos - o PCdoB e o PT - participaram ativamente dos preparativos, da organização e da mobilização para o ato, o que pode ser apontado como uma das razões que explicam o não comparecimento de um contigente popular mais numeroso.

Além disso, houve durante vários momentos tentativas de dar ao comício nítido caráter partidário. Na platéia, pequenos grupos identificados com o trotsquismo procuraram a todo momento puxar vaias para os oradores que não comungam com seus pontos-de-vista estritos e dogmáticos. Quiseram hostilizar a representante da UNE e um vereador do PCB que apóia concretamente as diretas, e foram imediatamente rechaçados pela multidão. As vaias, porém, ecoaram pelo largo quando foi anunciado o discurso do presidente regional do PDT, Adhemar de Barros Filho, que não conseguiu falar. Deve-se ressaltar que para este episódio lamentável contribuíram também militantes do próprio partido de Adhemar que divergem de sua colocação à frente do partido.

"O que se percebe - conclui Sérgio Benassi, o presidente do PCdoB - é que houve grande empenho na convocação unitária do ato, mas que ao mesmo tempo alguns setores têm concepção exclusivista desta unidade, e a admitem apenas se tiver como objetivo dar força aos representantes de sua facção".

A Articulação de Entidades pela Participação Popular na Constituinte de Campinas, que promoveu o ato, e o próprio comitê pró-diretas do estado de S.Paulo estão agora diante de um desafio. Precisam superar urgentemente estes problemas, para que a luta por diretas-88 em S.Paulo adquira as proporções necessárias para exercer pressão efetiva sobre os deputados e senadores que tomarão na Constituinte a decisão final sobre o mandato de Sarney.

(Antônio Martins)

A participação entusiástica do povo em Caruaru: foram 8 horas de comício e mais de 70 oradores

DIRETAS 88-CARUARU

A festa dos 20 mil

O comício de Caruaru, realizado no último dia 7, teve todo aquele clima de festa democrática verificado em outras manifestações por diretas-88. Uma multidão calculada em mais de 20 mil pessoas permaneceu na praça principal da cidade das 18 horas até às 2 da madrugada, interessada e participante.

Enquanto isso, no palanque, reuniu-se o que o deputado Haroldo Lima, líder do PCdoB na Constituinte, classificou como "a frente política de mobilização popular mais expressiva desde 1963". Num só ato estavam presentes os presidentes nacionais de 5 partidos: PCdoB, PT, PDT, PSB e PV, além do vice-presidente nacional do PMDB, senador Affonso Camargo, de um governador de Estado - Fernando Collor, de Alagoas -, do prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, e de importantes entidades representativas do movimento popular - CUT, UNE, Andes, CPB e outras.

O comício, que representou um novo impulso ao movimento nacional contra um mandato de 5 anos para Sarney, teve ainda como destaque a participação do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, que fez assim sua estréia na campanha. Covas, cuja presença foi saudada pelos representantes de todos os outros partidos, fez inclusive um dos discursos de maior profundidade política, destacando a necessidade de as forças que defendem diretas em 88 e uma Constituinte progressista caminharem unidas, superando divergências secundárias. Teor semelhante teve a falação do senador Affonso Camargo.

Cabe, todavia, identificar alguns problemas que mesmo não tirando o brilho da manifestação precisam ser avaliados para que as forças engajadas na campanha os superem, especialmente aquelas que compreendem melhor a necessidade de forjar um movimento realmente amplo.

COMPORTAMENTO INFANTIL

Em Caruaru foi nítida, por exemplo, a contradição que vem perseguindo a campanha desde o comício de Brasília: a distorção entre a unidade no palanque e o comportamento infantil de uma parcela da militância partidária inconseqüente e sem visão política. Parte da claque do PT vaiou todos, simplesmente todos os oradores que não pertenciam à linha política do partido, irritando o próprio presidente do PT. "É profundamente lamentável este tipo de postura", advertiu o senador Affonso Camargo, também alvo do histerismo. Lembra o senador do PMDB que o campeonato onde entrarão em disputa os candidatos só acontecerá no próximo ano, e que portanto, tal comportamento vem servindo aos argumentos da grande imprensa e aos aliados do Palácio do Planalto, que apostam na divisão dos democratas e progressistas.

De igual infelicidade foi a intervenção do ex-governador Leonel Brizola, ao procurar destacar em seu pronunciamento questões polêmicas e não unitárias, como por exemplo a defesa do presidencialismo. Segundo alguns observadores, inclusive o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, Brizola equivocou-se ao priorizar em seu discurso o tipo de sistema de governo que se deve adotar no país.

Por último, foram também, sem cabimento as declarações divulgadas na imprensa pernambucana pelo governador Miguel Arraes e pelo deputado Roberto Freire, do PCB, ambos criticando a realização do comício. Arraes continua não compreendendo o caráter da campanha, e aos poucos vai se isolando do sentimento generalizado do povo pernambucano, que é de apoio à bandeira das diretas em 88. Já o vice-presidente do PCB adotou uma postura oportunista. Criticou a manifestação, e no entanto compareceu, para dar o ar de sua graça...

Foram bastante aplaudidos os discursos de João Amazonas, Jamil Haddad, Lula, Fernando Gabeira, Haroldo Lima, Fernando Lira, Fernando Collor e Luciano Siqueira; dos prefeitos José Queiroz (Caruaru) e Jarbas Vasconcelos. Este último viu no comício algo bastante significativo, "onde o povo deu mais uma clara demonstração de querer avançar na luta por diretas em 88 e por mudanças progressistas no país".

(Clair Pereira, de Recife)

CONSTITUINTE

A vez das emendas do povo

Foi uma verdadeira festa da participação popular. Caravanas de todo o país lotaram as dependências do Congresso Nacional para a solenidade da entrega simbólica das emendas populares à Constituinte. Mais de três mil pessoas realizaram um Ato Público na rampa do Congresso Nacional e depois ocuparam o Salão Negro para uma improvisada solenidade de entrega simbólica de mais de 40 emendas populares. A solenidade acabou não se realizando, uma vez que os manifestantes, assim que viram a chegada no Salão Negro do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, passaram a vaiar insistentemente e a gritar um refrão: "Ei, ei, ei puxa-saco do Sarney". Apesar das tentativas dos deputados Aldo Arantes (PcdoB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de conter as vaias, o povo não parou de gritar. Irritado, Ulysses Guimarães abandonou o Salão Negro e a solenidade acabou não se realizando.

De qualquer maneira, a manifestação da entrega das emendas populares foi extremamente positiva. Cerca de 40 emendas foram protocoladas na Comissão de Sistematização, significando uma ampla participação popular no processo de elaboração da Constituição. Entre as emendas apresentadas destacam-se a da Reforma Agrária, com 1 milhão e 200 mil assinaturas; a do ensino público e gratuito, com 200 mil assinaturas, a que prevê a suspensão do pagamento da dívida externa, com 40 mil assinaturas e diversas emendas marcando eleições diretas para Presidente da República em 1988.

Até a manhã de quinta-feira passada, a Comissão de Sistematização já havia protocolado 71 emendas populares e a previsão era de que elas chegariam a mais de 80 emendas até o encerramento do prazo regimental, numa demonstração de que o povo está atento e participante ao processo de elaboração da nova Constituição do país.

Na tarde de quinta-feira, líderes dos partidos que integram a coordenação nacional da campanha pelas Diretas em 88 entregaram ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a emenda que marca as eleições diretas para presidente no dia 15 de novembro de 1988. A emenda é assinada pelo senador Affonso Camargo, vice-presidente do PMDB, pelo deputado Haroldo Lima, líder do PCdoB, pelo deputado Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, pelo deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, pelo senador Jamil Haddad, líder do PSB e por dezenas de parlamentares desses partidos.

As emendas populares entregues na quarta-feira envolvem mais de 2 milhões de assinaturas e jogarão um importante papel político na elaboração do texto final da Constituição. Fica muito mais difícil não se levar em conta uma proposta que venha respaldada por centenas de milhares de assinaturas de eleitores brasileiros.

Para o deputado Aldo Arantes, vice-líder do PCdoB na Constituinte, a entrega das emendas populares significou "um importante instrumento de participação popular". Mais do que isso, ele considera que essas emendas "devem servir de alerta para os constituintes quanto às profundas aspirações de mudanças do povo brasileiro. Se os constituintes não tiverem sensibilidade para notar isso e aprovarem uma Constituição que atenda à essas aspirações, a luta vai continuar no dia seguinte à promulgação da nova Constituição", argumentou Aldo Arantes.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

Na entrega das emendas, um ato público, com críticas a Ulysses e apelos por uma Carta progressista

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

JUROS

Governo força a alta

Parece ficção, mas não é. Na semana passada, o governo estava preocupadíssimo com a ocorrência de uma pequena redução das taxas de juros e tratou logo de tomar medidas para jogá-las na estratosfera. Anunciou a elevação do recolhimento compulsório sobre depósitos a vista e a prazo no Banco Central e vendeu grandes volumes de títulos públicos.

Nos últimos dias, os juros oferecidos pelos bancos aos investidores em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) desceram de 10 a 11% ao ano para a faixa de 5 a 6% mais a variação da Letra do Banco Central (LBC). Isto não significa que a remuneração dos que aplicam no sistema financeiro estava baixa, uma vez que a LBC (cujo índice médio em julho foi de 8,91%) aparentemente estava acima da inflação - se for considerado o indexador oficial, a evolução dos preços em julho foi de 3,05%; porém, ele não é levado muito a sério pelos capitalistas, que preferem trabalhar com outros índices, como o IGP da Fundação Getúlio Vargas, que registrou 9,33% de inflação no mês passado.

De qualquer forma, os tecnocratas no governo ficaram desesperados com a idéia de que os investidores pudessem bater em retirada do mercado financeiro em busca de aplicações mais lucrativas, pois é uma lei interna do capital movimentar-se sempre na direção onde rastreou lucros maiores. Assim, tais recursos, em tese, poderiam ser desviados para ativos reais (mercadorias), formação de estoques especulativos e até mesmo atividades produtivas.

CIRANDA FINANCEIRA

O resultado final, se isto ocorresse, seria a diminuição da ciranda financeira, por um lado, e o aquecimento da demamda, por outro. Coisas que causam pavor nos nossos tecnocratas. Afinal, todos o esforços de "ajuste" da economia para comprimir o mercado interno e incentivar as exportações poderiam dar em água. Aumentaria também a pressão sobre os preços.

A relativa diminuição dos juros deve-se, conforme o governo, a uma excessiva liqüidez na economia, isto é, à existência de um excesso de moedas em circulação, o que, de fato, se verifica, em função de vários fatores. Sobretudo os elevados superávits comerciais, troca maciça de dólares dos exportadores por cruzados no Banco Central (BC) em função da maxidesvalorização, e liberação dos recursos para financiamento de pequenas e médias empresas insolventes.

Para "enxugar" o mercado, retirando dinheiro de circulação, o governo elevou as taxas de juros, aumentando a remuneração das LBCs (que rendiam 10,2% ao mês na terça-feira passada) e vendendo, somente no dia 11, 30 bilhões de cruzados em títulos públicos. Anunciou, ainda, a elevação do percentual de recolhimento compulsório do BC sobre depósitos a vista (hoje, em média), de 39 a 40% nos grandes bancos, bem como a instituição do compulsório sobre depósito a prazo.

CÍRCULO VICIOSO

A equipe econômica espera evitar, desta forma, o aquecimento da economia ou, em outras palavras, assegurar o processo recessivo e, óbvio, as exportações. Entretanto, o caminho escolhido consiste no perigoso jogo de empurrar com a barriga, aguardando resultados para o curtíssimo prazo. Com efeito, a elevação das taxas de juros e a venda maciça de títulos públicos apenas engrossam o serviço e o total da dívida interna, o que logo exigirá volumosas emissões de cruzados.

Tudo isto deixa evidente que o ajuste econômico realizado pelo governo tem uma estreita dependência em relação às altas taxas de juros e, conseqüentemente, requer a manutenção das distorções clamorosas do sistema financeiro. Os desequilíbrios existentes são necessários à sua viabilização. Uma grande causa da liqüidez excessiva da economia, por exemplo, é precisamente o gigantesco superávit da balança comercial, gerado para viabilizar o pagamento da dívida externa.

O governo tem como meta retirar Cz$ 90 bilhões de circulação nos próximos meses, através do aumento do recolhimento compulsório, venda de títulos públicos e outros meios. No entanto, somente para o saldo recorde da balança comercial em julho (mais de 1,4 bilhão de dólares) no equivalente em cruzados, tornou-se necessário desembolsar cerca de 65 bilhões de cruzados ao câmbio (oficial) atual, o equivalente a 32,5% de todos os depósitos a vista no país (algo em torno de Cz$ 200 bilhões, segundo os banqueiros).

O comportamento da balança comercial certamente se repetirá ao longo dos meses (dada a submissão aos capitalistas estrangeiros) e, com ele, a necessidade de emitir cruzados. Da mesma maneira, completando o círculo vicioso, agiganta-se o endividamento interno com a venda de títulos e a alta das taxas de juros. Os preços não serão contidos, apesar da recessão e dos anúncios de cortes em outros gastos governamentais (salários e investimentos, basicamente) a pretexto de controlar o déficit público, enquanto se continua satisfazendo os apetites insaciáveis dos agiotas estrangeiros e nacionais.

Um projeto antinacional

OPINIÃO PARLAMENTAR
Haroldo Lima
Líder do PCdoB na Constituinte

O título VIII do Projeto de Constituição, que trata da Ordem Econômica e Financeira, é um dos mais retrógrados constantes do projeto atualmente em discussão. O capítulo II, que aborda a questão da Refoma Agrária, já foi discutido aqui e é eminentemente antidemocrático. Um empecilho aberto à democratização da propriedade da terra no país. O capítulo I, que define os princípios gerais da atividade econômica, é radicalmente entreguista, representando um sério obstáculo à afirmação da nacionalidade brasileira, escrito sem qualquer sentimento patriótico.

É preciso que se afirme, desde logo, que em toda a história da República nenhuma Constituição se lançou de maneira tão aberta contra os interesses nacionais quanto este projeto o faz. Caso aprovado, o texto atual promoverá a transformação do Brasil numa grande zona livre internacional.

Os princípios gerais sobre a ordem econômica definidos no projeto de Constituição se inserem nesse contexto vivido hoje por nosso país, em que a burguesia brasileira e o governo federal capitulam vergonhosamente frente ao capital estrangeiro, no mesmo momento em que este avança furioso para derrubar as trincheiras que defendem a nacionalidade do Brasil.

A tática geral que predominou na elaboração dos ditos "princípios gerais" - que na verdade são princípios gerais do entreguismo - foi a de investir em toda a linha contra o papel do Estado na economia e desfigurar a concepção de empresa nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio estatal - diz o projeto - só serão permitidos quando necessário para atender aos imperativos da segurança nacional ou o relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. Como se percebe, um monopólio como o da Petrobrás, aqui, não é assegurado. Essa idéia impatriótica se relaciona com toda a campanha que hoje a direita faz contra as estatais. O plano é desmoralizar as estatais do ponto de vista administrativo, econômico e de desempenho produtivo. Desmoralizada, funcionando com prejuízo, ela é posta à venda, aumentando o nível de desnacionalização da nossa economia.

O conceito de empresa nacional é outro ponto que flagra o pensamento entreguista predominante. Pela proposta em discussão, qualquer empresa estrangeira (como a Volks, a Shell, a Ford, a IBM) poderá tomar, fácil, as providências para ser considerada empresa nacional. O golpe é mortal nos interesses da nacionalidade porque essas empresas estrangeiras, maquiadas de nacionais, passarão a ter direito, por exemplo, à lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira, o que hoje é proibido até mesmo para brasileiros.

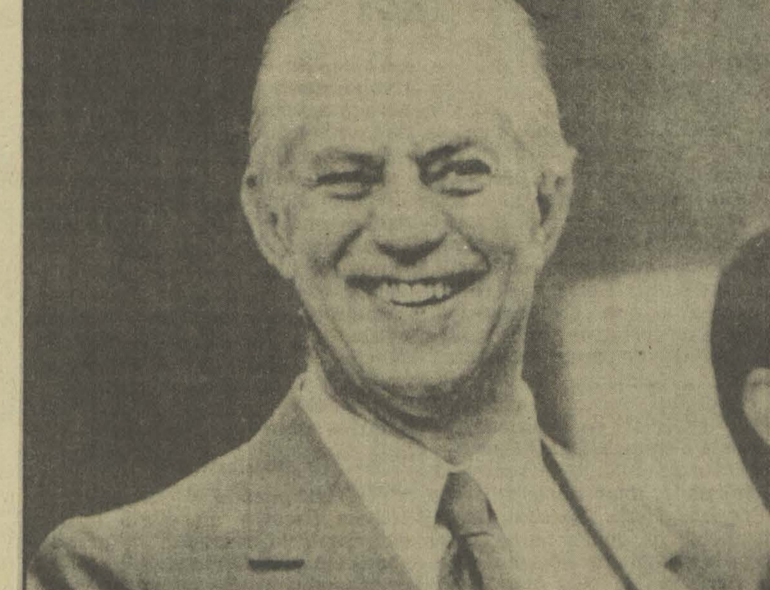
O PCdoB propõe, para preservar nossas riquezas, que toda e qualquer concessão de exploração de reservas fique destinada exclusivamente a brasileiros. Na parte relativa à conceituação de empresa nacional será necessário que a Constituição defina que empresa nacional é aquela que aqui mantém o completo controle do capital, de seu processo tecnológico, e que seja propriedade de brasileiros.

Finalmente, também não tem cabimento que o projeto de Constituição não tome conhecimento sobre o problema econômico-financeiro principal de nosso país no momento - a dívida externa. É preciso suspender o pagamento dessa dívida e promover uma auditoria política para apurar sua legitimidade.

ENTREGUISMO

Manancial inesgotável

Tudo leva a crer que o estoque de medidas entreguistas do atual governo é mesmo inesgotável. Há poucos dias vazou para a imprensa um projeto idealizado pelo ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, com algumas indicações sobre as chamadas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), destinadas a atrair multinacionais ao país.



José Hugo. Rindo, ele articula o fim da reserva para a informática

O projeto simplesmente extingue a reserva de mercado para informática e o monopólio da Petrobrás sobre a importação de petróleo nas zonas livres do capital estrangeiro, além de oferecer outras vantagens. As plataformas de exportação baseiam-se nas experiências de alguns países asiáticos, como a Coréia do Sul e Formosa, de escancarar as portas às multinacionais com a finalidade de obter elevados superávits comerciais.

Ao país não servem absolutamente para nada, a produção nessas áreas destina-se exclusivamente às exportações, o que atende, porém, aos interesses dos banqueiros estrangeiros, inclusive tornando mais atraente a chamada conversão da dívida externa em investimentos diretos. Todos os monopólios estrangeiros se sentirão tentados pelas grandes oportunidades de lucros que serão abertas.

Conforme Arthur Pereira Nunes, diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Computadores, as tais zonas de exportação constituem verdadeiras "embaixadas estrangeiras", que rapidamente se transformarão numa zona franca, em que a importação é livre e fácil, arriscando a lei de reserva de mercado em todo território nacional".

UM MANJAR

As empresas estrangeiras das ZPEs gozariam também, segundo o documento de José Hugo, da isenção da lei do similar nacional (que restringe a importação de máquinas que também são produzidas no Brasil); dos programas que limitam a importação das empresas; da obrigatoriedade do financiamento externo; do sistema de contingenciamento de importações; do Imposto sobre Operações Financeiras; da relação de produtos com importações proibidas; de enventuais retenções de guias de importação pela Cacex.

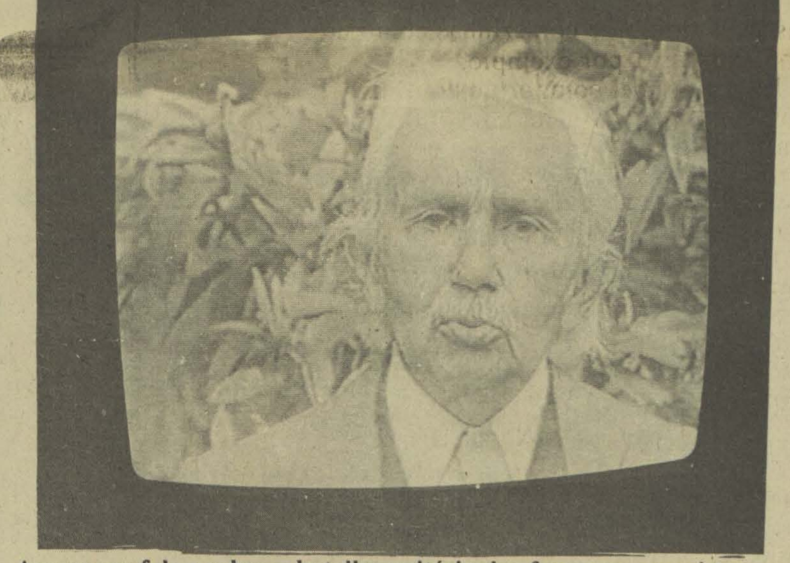
Enfim, o ministro apregoa a liberdade mais completa para as multinacionais que se instalassem nas áreas de exportação (que seriam localizadas próximas dos portos marítimos). Em pouco tempo, elas desbancariam todas as empresas nacionais que estejam competindo nas exportações. Um manjar. De tão entreguista, o projeto do senhor José Hugo encontra sérias resistências mesmo entre ponderáveis setores do governo Sarney. Comenta-se, por exemplo, que Namir Salek, diretor da Cacex, "espuma quando ouve falar das ZPEs". A equipe técnica do Ministério da Fazenda igualmente estaria contra o projeto.

Isto não é motivo, contudo, para subestimar os autores da proposta que, por sinal, estão escudados em poderosos interesses. O imperialismo sempre exigiu o máximo de liberdade para a atuação dos seus monopólios, o governo vem de cedência em cedência a essas exigências e José Hugo Castelo Branco, que fez o projeto a pedido de Sarney é um ministro de Estado, por sinal muito subserviente, que até o momento não teve seu projeto entreguista desautorizado.

PCdoB NA TV

Propondo a unidade

Na última quinta-feira a **Tribuna Operária** pôde assistir antecipadamente o programa nacional de rádio e TV elaborado pelo PCdoB marcado para ir ao ar no dia 14 de agosto. Tendo como centro o combate à política reacionária, antipovo e entreguista do governo Sarney, além de apresentar várias denúncias através dos deputados comunistas na Constituinte, o programa abre espaço também para vários parlamentares de outros partidos, como Affonso Camargo (PMDB-PR), Olívio Dutra (PT-RS), Amaury Muller (PDT-RS), Haroldo Sabóia (PMDB-MA), Ana Maria Rattes (PMDB-RJ) e Luís Ignácio Lula da Silva (PT-SP) entre outros. "A unidade é fator essencial na batalha que se trava, batalha que não é de um só partido ou de alguns grupos de políticos. É batalha de todos os partidos progressistas, de todos os patriotas e democratas, de todos os sindicatos, de todas as organizações camponesas, de todos os estudantes, das mulheres, dos negros, dos índios". Desta forma, João Amazonas, presidente nacional do **PCdoB, conclama os brasileiros de todos os recantos** do país a se integrarem na campanha patriótica por eleições diretas em 1988 e por uma Constituição democrática e progressista.



Amazonas falou sobre a batalha unitária das forças progressistas

PROPOSTAS

O deputado Haroldo Lima, líder do PCdoB na Constituinte, denuncia as manobras desnacionalizantes dos agentes do capital estrangeiro, as pressões para que se vendam as empresas estatais rentáveis e o descalabro da dívida externa, exigindo uma auditoria para se ter uma idéia clara de quem foi responsável pela dívida, quanto já pagamos e quem recebeu as "propinas" relativas a negociatas fraudulentas com os banqueiros credores. Aldo Arantes, constitunte do PCdoB por Goiás, apresenta um quadro da situação no campo: "Apenas 27 proprietários, hoje no Brasil, detêm o controle de 25 milhões e 500 mil hectares de terra, enquanto cerca de 2 milhões e 460 mil proprietários dispõe de 24 milhões e 500 mil hectares!" Aldo defende a reforma agrária antilafundiária, liqüidando com os argumentos da UDR e de seus seguidores no Congresso. Já Eduardo Bonfim, constituinte comunista por Alagoas, ataca duramente o presidencialismo e o militarismo, apresentando a proposta parlamentarista de regime de governo, onde presidente e legislativo dividam as responsabilidades de dirigir a nação. Lídice da Mata, ex-vereadora da Câmara Municipal de Salvador e atual constituinte (PCdoB-BA) faz a denúncia de articulações conservadoras contra a democracia representativa para acabar com os pequenos partidos, embutidas na proposta do voto distrital misto.

FALAM OS OPERÁRIOS

O deputado federal operário Edmílson Valentin, PCdoB-RJ, faz a defesa das conquistas de estabilidade no emprego e das 40 horas semanais, que estão sendo torpedeadas pelo patronato e por falsos defensores dos direitos dos trabalhadores. Sindicalistas, como o presidente do sindicato dos metalúrgicos de Betim e o vice-presidente dos metalúrgicos de Ribeirão Preto, retratam as condições de vida e trabalho dos operários, chamando todos os sindicatos à mobilização e organização da greve geral no próximo dia 20 de agosto.

Dando um colorido especial ao programa, o conjunto Plebe Rude, de Brasília, apresenta um vídeo-clip com seu sucesso "Brasília". Em outro trecho, Sérgio Miranda, membro da direção nacional do PCdoB, faz uma sentida homenagem a Paulo Fonteles, assassinado nas cercanias de Belém, por jagunços a mando da UDR.

No encerramento do filme, **Renato Rabelo, também da** direção do PCdoB, convida a todos os homens e mulheres interessados no progresso, na liberdade e na soberania nacional a se integrarem nas fileiras comunistas, "porque o PCdoB jamais perdeu de vista seu objetivo maior: a conquista do socialismo, a construção de uma sociedade mais humana. O socialismo é a grande esperança dos trabalhadores que almejam o fim da exploração do homem pelo homem. É o regime da liberdade, do progresso, da fraternidade proletária".

ERRATA

Na última edição, na coluna "Lições da Luta Operária" (pág. 5), no início do quinto parágrafo, leia-se A CUT [illegible] própria estrutura. Nasceu como uma entidade que pretendia aglutinar unicamente os que se autointitulavam de "combativos". [illegible] CGT no lugar de CUT.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A difícil vida sem bússola

O pequeno burguês, diz Lênin, "sofre no regime capitalista uma pressão constante e, muito freqüentemente, um agravamento brusco de suas condições de existência; cai no ultra-revolucionarismo, mas é incapaz de mostrar serenidade, espírito de organização, disciplina e firmeza". E, acrescenta, este revolucionarismo extremado, "muda rapidamente em apatia, em fantasia e mesmo num 'furioso' entusiasmo por esta ou aquela tendência burguesa da moda"

ILUSÕES COM A VIDA

Esta instabilidade se confirma na atividade desta camada social, e dos grupos políticos que a representam, no Brasil. E se reflete também nos elementos saídos do seu interior que, mesmo se incorporando à organização de vanguarda do proletariado, não conseguem assimilar a ideologia marxista-leninista da classe operária.

Em nosso país, em período recente, a pequena burguesia depositou todas as suas esperanças na campanha das diretas-já. Inicialmente, quando o movimento começou, manifestou desconfiança - alguns grupos inclusive diziam que "eleição não enche barriga de ninguém". Mas com o sucesso das primeiras demonstrações de massas, aderiu a esta palavra de ordem como se fosse a solução de todos os problemas.

Mas as coisas não caminharam de acordo com todas as expectativas. A luta contra a ditadura acabou passando pelo Colégio Eleitoral e, para complicar mais as coisas, a Nova República não pôs fim à luta de classes. Coisa que os pequenos burgueses nunca disseram que ia acontecer. Mas que no íntimo, naquela parte do cérebro que não se mostra para os outros, esperavam ardentemente. Se não o fim, pelo menos um abrandamento.

DUAS CARAS

Com este desenvolvimento, com a guinada de Sarney para a direita, com as evidentes pressões dos militares sobre a vida política nacional, esta camada social perdeu o rumo. Frustrou-se. E agora ou cai na prostração ou sonha com atividades "radicais" sem conseguir transformar o sonho em uma plataforma definida ou numa linha política coerente. Certos ativistas caem no palavrório ofensivo, com aparência de muita combatividade. Mas na prática tendem para o "governismo", para a conciliação com o poder, na busca de segurança. E às vezes na busca de coisas mais simples e comezinhas como um bom emprego, por exemplo.

Este tipo de comportamento não é novidade no movimento revolucionário em nosso país. De vez em quando aparece um grupo "radical" com promessas teóricas e práticas arrojadas. Mas, surpreendentemente, em pouco tempo o rebuliço se transforma em acomodamento. E, não raras vezes, os principais elementos aparecem em postos importantes ou são candidatos em partidos burgueses de braços dados com os caciques das classes dominantes.

CIRURGIA NECESSÁRIA

O proletariado não tem como evitar que alguns destes elementos venham para as fileiras de seu partido marxista-leninista. Ninguém nasce com uma estrela na testa revelando suas tendências e intenções. Mas na prática da luta revolucionária, as vacilações e os aventureirismos vão se revelando. No debate ideológico permanente que se trava nas organizações partidárias, as falsas concepções vão sendo identificadas e combatidas, fortalecendo, no conjunto, a consciência socialista. Mas quando tais desvios se cristalizam numa linha, ou quando os arrivistas passam a agir fora das normas partidárias, colocando em perigo a existência da própria organização, o partido se defende, afastando de sua estrutura a parte apodrecida.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Cooptação fácil

Alberto Goldman, ex-membro do Comitê Central do PCB, foi derrotado nas últimas eleições, quando concorreu a uma cadeira de deputado federal. Mas, em contrapartida, logo depois foi indicado para a Secretaria de Coordenação e Programas do governo Quércia. Ele mereceu. Afinal, quando a direção regional pecebista aderiu à candidatura de Antônio Ermírio, Goldmam revelou sua fidelidade a Quércia: ignorou a disciplina partidária e subiu aos palanques defendendo a canditadura peemedebista.

Agora, chegou o momento de Goldman retribuir pelo cargo que recebeu. Na última sexta-feira, dia 7, com festa e tudo, ele reingressou no PMDB. Aliás, desde o ano passado ele tinha manifestado a posição de que era precipitado o PCB aparecer com sua legenda própria.

Não é pequeno o número de cooptação realizado pela burguesia nas hostes pecebistas. Desde que esta organização apareceu no cenário nacional, muitos de seus quadros acabaram abandonando a militância - os princípios eles já haviam deixado de lado ao romper com o marxismo-leninismo. Todas as organizações sofrem o assédio das classes dominantes e é inevitável que um ou outro se corrompa. Mas o abandono da ideologia proletária facilita sobremaneira o trabalho de recrutamento da burguesia.

LENINISMO

Os grupos e frações no PC

A questão do surgimento de grupos e frações no partido comunista tem sua atualidade. Os grupos fracionistas aparecem na organização política do proletariado como expressão da luta de classes num determinado período. O inimigo sempre procura golpear por dentro e por fora do partido. A burguesia e a pequena-burguesia exercem sua pressão constante e penetram de uma forma ou de outra nas fileiras comunistas, trazendo o espírito de vacilação, de incertezas e de oportunismo, gestando todas as condições para o surgimento do fracionismo.

O APARECIMENTO DOS GRUPOS

O nascimento de grupos, segundo a experiência do movimento revolucionário dos operários, acontece principalmente nos momentos em que o partido está chamado a jogar um importante papel ou nos momentos de viragem da luta política.

Os grupos anti-partido se desenvolvem a partir de divergências e discrepâncias que mesmo com caráter inicialmente secundário, se transformam em questões de princípio. Organizam-se à margem das normas partidárias e, com seu desenvolvimento, minam a unidade e a disciplina, questões vitais na luta pela transformação social e na conquista do socialismo científico. A existência de grupos fracionistas conduz inevitavelmente à constituição de vários centros de direção, liquidando com o princípio do comando centralizado no partido. A luta revolucionária ensina que o partido de vanguarda, para atingir o poder político e construir o socialismo, tem de se basear na unidade de vontade e de ação, o que exclui todo o fracionismo e a divisão de poder no seu interior. O partido do proletariado é o partido da classe operária. Conseqüentemente, tem uma só ideologia e uma só política.

O QUE DEFINE O GRUPO FRACIONISTA

Quais os elementos fundamentais que constituem um grupo fracionista? Em geral ele tem uma plataforma que pode ser mais ou menos explícita, com exclusivismo de ação, que leva a uma luta organizada contra a direção central do partido. É importante ter presente estas fronteiras porque não se pode eliminar a possibilidade de uma luta de opiniões dentro do partido. Dizia Lênin que a disciplina férrea não exclui, mas pelo contrário pressupõe a crítica e as discussões em torno de questões controversas. Entretanto, a luta de opiniões, as controvérsias e críticas não podem se prolongar indeterminadamente. Elas têm um desfecho com a votação e decisão em congressos e conferências onde a posição majoritária prevalece como única base para a unidade de ação. É possível até mesmo se fazer acordos entre posições discrepantes nas questões **práticas**, não se estendendo evidentemente às de **princípio.**

Assim,é necessário compreender e adotar atitude paciente diante das críticas e divergências no âmbito do partido. Elas mudam de natureza quando adquirem plataforma própria, explícita ou não, de uma parte da militância que age por fora da estrutura partidária. Nesta circunstância, a atitude dos dirigentes e militantes deve ser de firmeza e rigor na defesa do partido, não permitindo a existência de tais facções nas fileiras partidárias. A teoria de "vencer" ou "acabar" com os elementos oportunistas através da luta ideológica; dentro dos marcos de um mesmo partido, já foi sobejamente desmascarada pela história de mais de dois séculos da luta operária. É **ameaça** séria à paralisação, ao divisionismo e ao demissionismo, deixando o partido à mercê do oportunismo. Ao contrário desta teoria liberal, o partido do proletariado se fortalece e se desenvolve depurando-se dos elementos e grupos oportunistas.

COMO AGEM OS GRUPOS

No interior do partido os grupos fracionistas podem adquirir formas e condutas distintas: 1) Existem aqueles que assumem uma posição aberta contra a luta do partido, com uma plataforma clara e explícita, apoiando-se em questões de princípios que dizem defender; 2) Outros, porém, atuam nos bastidores, conspirando contra a direção partidária, apoiando-se freqüentemente em mesquinharias, sem uma plataforma definida. Comumente, os grupos que surgem no partido revolucionário escondem sua real posição de **direita** e aparecem com uma fachada e fraseologia de "esquerda", afirmando-se os mais revolucionários. Buscam, assim, estender seu círculo de influência dentro do partido para golpeá-lo no momento oportuno.

A DEFESA DO PARTIDO

Os inimigos de classe do proletariado - a burguesia, o latifúndio, o imperialismo - sempre se aproveitaram dos grupos antipartido. Isso não assusta os comunistas, porque nesses momentos, com o desmascaramento de tais facções, a unidade pode se elevar a um nível superior. Em situações como esta, é preciso reconhecer sem temor as debilidades existentes, intensificar a ação política e elevar a vigilância partidária, denunciando as posições oportunistas.

A ação grupista deteriora o ambiente partidário, espalha a desconfiança, confunde os vacilantes. Nessas ocasiões, é maior a exigência da disciplina, tenacidade e firmeza dos comunistas em cada posto de luta em defesa do partido e na aplicação conseqüente da sua linha política.

(Renato Rabelo - membro da Executiva Nacional do PCdoB)

PCdoB - SP

"A luta em defesa do partido"

O Diretório Regional do PCdoB em São Paulo divulgou nota à imprensa, na semana passada, comunicando a expulsão de Antônio Neto Barbosa, Luzia Monteiro Araújo e Acíldon de Mattos Pae, "por atividades contrárias às normas estatutárias e às orientações partidárias". A decisão, tomada por unanimidade dos membros do Diretório, culminou um longo processo de discussão que se abriu em dezembro com a Conferência Extraordinária que analisou a performance do partido durante a campanha eleitoral de 86. Barbosa e Pae já haviam sido afastados da Executiva e do Diretório Regional na própria Conferência. Luzia integrava a direção regional do partido no Estado.

Fernando Pupo, dirigente do PCdoB em São Paulo, explica as razões desta medida a partir da descoberta de atividade paralela à direção partidária. "No último dia 31 de julho, alguns militantes de base do partido tomaram conhecimento da realização de um seminário, organizado por Barbosa e Pae, e com a participação de Luzia, sobre o 'marxismo-leninismo'. Num sítio localizado em Parelheiros, bairro da Zona Sul de São Paulo, aqueles militantes surpreenderam a tal reunião, sendo recebidos com grande hostilidade por seus organizadores. Barbosa e Pae ameaçaram de agressão os que lá chegaram assacando graves ofensas ao partido e às suas direções. Com isso, ficou evidenciado o caráter clandestino da atividade, que se dava à margem da estrutura partidária. Na verdade, essa foi a comprovação da ação fracionista que vinha sendo desenvolvida à sorrelfa, na penumbra, com o objetivo de disseminar a confusão, desagregar as fileiras partidárias, paralisar sua atividade política e aliciar novos militantes para desmoralizar as direções e a linha do partido"

O INÍCIO DA ARTICULAÇÃO

Desde a Conferência Regional, Antônio Barbosa e Pae não esboçaram qualquer autocrítica em relação às suas responsabilidades diante da derrota eleitoral do ano passado. Barbosa, o principal articulador é mentor intelectual do grupo, demonstrou assim já se guiar por outras concepções que não as do Partido Comunista do Brasil. Dando conseqüência às suas idéias, Barbosa negou-se a novos contatos com a direção partidária, enquanto que, ao mesmo tempo, vinha se relacionando com políticos na frente democrática, apresentando-se ainda como direção do partido.

"Neste período", afirma Pupo, "Barbosa expressou opiniões críticas a respeito do partido, acusando-o de aplicar uma tática **direitista**, apesar de se ligar a setores da burguesia paulista que vêm se manifestando à **direita** da própria ala progressista do PMDB, defendendo os cinco anos de mandato para o presidente Sarney e considerando o debate constitucional estéril e sem sentido para o movimento popular".

"Além disso", continua Pupo, "Barbosa se recusou a prestar contas de sua atividade frente ao Diretório Regional, especialmente no que concerne à prestação de esclarecimentos relativos às finanças de campanha, que apresentaram grande defasagem contábil".

"Com relação aos dois outros envolvidos", continua Pupo, "Luzia Monteiro e Acíldon Pae também não expressaram clara autocrítica de seus erros na Conferência. Durante certo tempo, Pae cumpriu tarefas junto ao partido, abandonando seu posto quando se teve notícia da articulação grupista. Já Luzia, cumpriu papel melancólico, indigno de uma comunista, desenvolvendo atividade de sapa dentro das fileiras partidárias, aliciando militantes, mantendo atividade de duas caras. Com base nesta ação fracionista, o Diretório Regional não teve outra alternativa senão a enérgica condenação e a expulsão dos responsáveis".

"Ao contrário da prática de partidos burgueses e pequeno-burgueses, o partido do proletariado consciente é incompatível com a existência de frações e grupos em seu seio", diz Pupo. E acrescenta: "Os militantes comunistas de São Paulo receberão documento circunstanciado a respeito do trabalho deste grupo fracionista, para que todas as organizações do partido se mantenham vigilantes contra qualquer outra tentativa divisionista".

(Pedro de Oliveira)

Fernando Pupo, do PCdoB em São Paulo: "Contra as frações"

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

ÍNDIOS

"As reservas precisam ser demarcadas"

Atualmente alguns setores da imprensa e dos grandes grupos econômicos desencadearam uma grande campanha contra as reservas indígenas, sob a alegação que se ela for efetivada colocará em risco a soberania nacional. Mas há quase 30 anos foi criado o Parque Nacional do Xingu, uma reserva que abriga 18 nações indígenas e que hoje é considerada um modelo para o mundo. A Tribuna Operária entrevistou Orlando Villas Boas - que junto com seus irmãos Cláudio e Leonardo - idealizou aquela reserva indígena. Depois de trabalhar durante 40 anos como indigenista, ele se aposentou em 1982 e hoje, aos 72 anos, vive em São Paulo. Por seus relevantes trabalhos em defesa dos índios foi indicado duas vezes como candidato ao prêmio Nobel da paz. Villas Boas conta que enfrentou também uma acirrada campanha contra a criação do Parque do Xingu, lutou junto com os índios para expulsar os invasores de lá e conclui: "Se não fosse assim, os índios estariam liqüidados".

Orlando (à esquerda) e Cláudio Villas Boas, no Xingu, em 1973

TO: O senhor acha importante demarcar as terras indígenas?

Villas Boas: É óbvio que as reservas precisam ser demarcadas. Se nós somarmos as reservas necessárias a todos os índios do Brasil, vai se ter um número de hectares nada fantástico, como muita gente pensa. Nós até hoje emitimos apenas uns 22 milhões de hectares de terras para os índios. temos que emitir mais uns 40 milhões para completar as reservas indígenas. Isso dá uns 60 milhões de hectares, o que não representa nada para um país com um território grande como o Brasil.

TO: Quando foi criado o Parque Nacional do Xingu?

Villas Boas: Foi no governo Jânio Quadros (1961) e naquela ocasião havia o projeto para a criação de oito parques. O objetivo era a preservação do parque para o índio, preservação do que esteja lá dentro, flora e fauna. Um país que se caracteriza pela violência,como é esse aqui, o único trecho intocável foi o Xingu, porque nós conseguimos fazer o Parque. Ele também servirá para o Brasil do futuro saber o que era o Brasil da época do descobrimento.

TO: Vocês enfrentaram muita resistência para criar o Parque do Xingu?

Villas Boas: Claro. Enfrentamos resistência política, resistência do Congresso, resistência de fazendeiros - que mais tarde chegaram lá - resistência do Estado. Tivemos que botar gente de lá prá fora, tirar muito invasor. Junto com os índios pusemos sujeito prá correr de lá prá fora e se não saísse a gente deixava por conta dos índios. Porque se não fizesse isso, acabou. Por causa de meia dúzia de áreas de garimpo você não vai deixar morrer uma nação todinha. O Xingu, hoje, tem consciência da terra dele. Duvido que hoje o sujeito invada o Parque Nacional do Xingu. Se invadir as 18 nações se reúnem e vão lá pôr o sujeito prá fora. Se o sujeito não quiser sair, acontece como aconteceu lá no baixo Xingu, onde morreram 11 pessoas. Agora, os donos não estavam lá, estavam os coitados dos trabalhadores, os sertanejos, os caboclos da região, que estavam lá derrubando a mata. Os índios pediram para que eles saíssem. Eles não sairam porque tinham instrução do dono para não sair, dizendo que eles garantiam. Não tinha garantia coisa nenhuma. Aí os índios entraram em confronto com eles e onze deles morreram e não teve um índio que sofresse um arranhão.

TO: Não existe o perigo do Parque Nacional do Xingu ser mutilado, porque uma parte dele já foi desmembrado, não?

Villas Boas: Eles cortaram o Parque com uma estrada e o desmembraram. Eles fizeram uma coisa absurda lá. Essa estrada (Cuiabá-Santarém) era pará correr nos limites do Parque. No momento em que o Parque terminava, essa estrada deveria infletir para a esquerda, atravessando o rio Xingu em que ele tinha uma largura de 600 metros e rumava na direção da serra do Cachimbo. Mas o que eles fizeram? Levaram as máquinas e no momento em que menos se esperava, pegaram todas elas e infletiram prá cima do rio, atravessaram o Xingu e fizeram a estrada BR 080. Atravessaram o pior trecho do rio, porque tiveram que fazer dois quilômetros de aterro para que os caminhões chegassem até a beira do rio. Ficou muito mais cara a estrada, mas eles quiseram cortar o Parque para desmembrá-lo, o que conseguiram. Mas nós conseguimos reincluir esta parte do Parque e hoje quem toma conta do trecho desta estrada são os índios. Ninguém pára ali dentro. Se pára o índio toca.

TO: Como foi feita a demarcação do Parque?

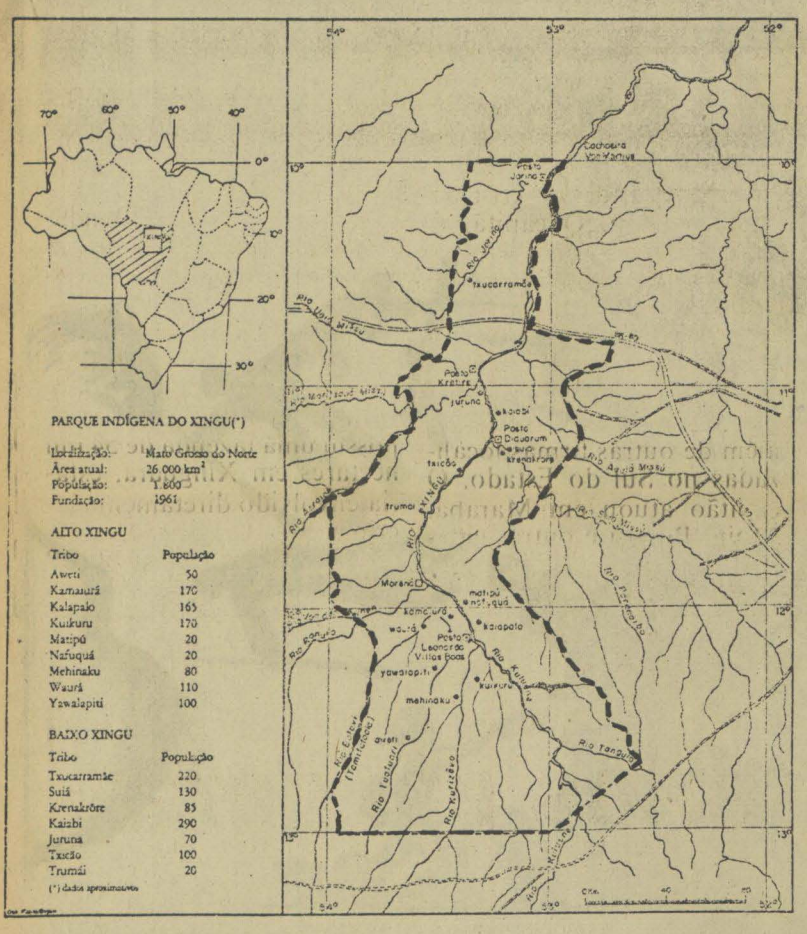
Villas Boas: O Parque foi criado em 1961 mas a demarcação só ocorreu na década de 70. Mas durante esta época nós já sabíamos mais ou menos o limite que nós queríamos, porque a lei feita pelo Jânio, nos dava 40 quilômetros à direita e 40 quilômetros à esquerda do Xingu. Então nestes 40 quilômetros de cada lado do rio nós nunca deixamos ninguém entrar. Eu tinha um teco-teco e quando aparecia uma canoa no rio ou qualquer afluente, nós íamos lá correndo atrás do sujeito, desarmava-o, o botávamos prá fora e tomávamos a sua canoa. E se não fizesse assim esses índios estavam liqüidados hoje.

TO: O senhor acha que daqui a 100 anos ainda vai existir algum índio vivo?

Villas Boas: Do jeito que a gente vai indo, daqui a vinte e poucos anos nós só vamos encontrar índios aculturados, índios de gravatinha, de roupinha branca falando sobre o seu povo. A aculturação é muito mais rápida do que você pensa. Só neste século, de 1900 a 1967, desapareceram no Brasil 97 nações indígenas... O índio só sobrevive na sua própria cultura, não há lugar na sociedade brasileira para o índio.

TO: Hoje, os índios estão mais resguardados da civilização do que há 40 anos?

Villas Boas: Não, claro que não. Antigamente os índios tinham uma grande defesa que eram as grandes extensões de mata, que era um obstáculo ao avanço do civilizado. Então o índio estava resguardado pela própria natureza. Mas, hoje com as comunicações modernas, com o rádio, com a televisão, com aviões, com helicópteros, todas estas áreas passaram a ser altamente vulneráveis. Então, hoje os índios estão ameaçados em todas as áreas. Muitas vezes até em áreas da própria reserva. Há 40 anos a natureza o protegia. Basta ver que naquela época nós saímos da base no rio das Mortes para entrarmos em contato com os índios Kalapalo e levamos um ano e meio. Hoje chega-se lá de avião com uma hora e meia.



Os índios preservam sua cultura no Parque Nacional do Xingu

Campanha espúria

Na edição de domingo, dia 9, o jornal "O Estado de S. Paulo" iniciou uma série de matérias de ataque cerrado contra a inviolabilidade das reservas indígenas do país. O jornal paulista, conhecido por suas posições em defesa do latifúndio e do capital estrangeiro, alardeou uma hipotética "grande conspiração" internacional de grandes grupos econômicos que desejam impedir o progresso do Brasil. E a proibição da exploração de minérios dentro das áreas indígenas - para o jornal "meros joguetes nas mãos de grupos estrangeiros" - faz parte desta conspiração.

Sem apresentar nenhum dado convincente, "O Estadão" tenta, na verdade, com estas afirmações, evitar que a Constituinte aprove o anteprojeto Bernardo Cabral que prevê a demarcação das reservas indígenas e assegurando-lhes o usufruto das riquezas naturais. Não foi à toa que as reportagens apareceram na mesma semana em que a União das Nações Indígenas (UNI) levou os abaixo-assinados à Constituinte reforçando a defesa de seus interesses já contidos no anteprojeto Cabral.

Há tempos que o jornal paulista vem deturpando os fatos no intuito de beneficiar os latifundiários que estão tentanto ocupar terras indígenas. Isto ficou mais evidente durante o episódio em que 19 índios Makuxi foram presos ilegalmente no território de Roraima. Para "O Estadão", os índios, que estão na área há mais de 500 anos, são "invasores" do latifúndio.

MARANHÃO

Seqüelas deixadas pelo Getat

O Getat foi extinto em maio último e sua estrutura incorporada ao Incra. O Ministério da Reforma Agrária fez um relatório oficial para justificar esta medida e nele se constata como o Getat favoreceu à formação de latifúndios e de minifúndios numa das regiões de maior conflito em torno da luta pela terra. Cerca de 51% da área titulada pelo Getat foi com enormes propriedades griladas e outros 20% foi com mais de sete mil minifúndios com menos de 30 hectares - abaixo do mínimo permitindo por lei.

No caso do Maranhão em particular, em nome da tal segurança nacional, o Getat não vacilou em usar ferro e fogo para garantir aos grupos estrangeiros e nacionais enormes extensões de terra. Em 1973 o Juiz Federal do Estado, Dr. Madeira, anulou uma série de registros solicitados. Mas até hoje, passados 13 anos, os recursos apresentados pelos grileiros, contra a decisão do Juiz, esperam decisão do STR.

Vamos citar apenas alguns casos: 1 - Campo Alegre (Imperatriz), 57 mil ha. 2 - Aracituba e Arapuan (Santa Luzia, Santa Inês e João Lisboa), 379 mil ha. 3 - Frades (Imperatriz), 86 mil ha. 4 - Gurupi (Carutapera), 290 mil ha. 5 - Fortaleza do Baluarte (Amarante), 245 mil ha. 6 - São João do Carú (Monção e Bom Jardim), 617 ha. 7 - Pindaré (Imperatriz, João Lisboa, Santa Luzia e Pindaré), um milhão e 173 mil hectares. No total são três milhões e qüinhentos mil hectares de terras griladas.

A maioria dos "grilos" acompanha a estrada de ferro Carajás, onde as terras vão se valorizando rapidamente. Metade delas são ainda inexploradas. Nas outras, vivem milhares de posseiros, que vão sendo expulsos com o emprego da violência de jagunços e pistoleiros.

Se for realizada uma sindicância profunda do que foi feito pelo Getat, pela Comarco, Coterma e pelo Iterma, durante o período da ditadura, o quadro ainda será mais grave. Sabe-se que muitos grupos americanos e japoneses disputam gordas fatias de terras griladas e que cerca de 30 mil famílias de posseiros sofrem as conseqüências deste escândalo nacional.

(sucursal do Maranhão)

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Sede retomada

No último dia 11, a União Nacional dos Estudantes promoveu um ato para comemorar sua histórica trajetória de 50 anos de luta e também a retomada de sua antiga sede no Rio de Janeiro. O evento, num clima bastante alegre, contou com a presença de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, do vereador Hélio Fernandes Filho (PMDB) e dos deputados Edmilson Valentim e Jandira Feghalli (PCdoB). Várias entidades estudantis participaram da manifestação, assim como inúmeros ex-dirigentes da UNE.

Conforme foi anunciado na ocasião, a UNE pretende agora reconstruir sua sede. Para isso foi montada uma comissão, composta por ex-dirigentes da entidade e personalidades democráticas, que promoveram uma campanha de arrecadação de fundos. Gisela Mendonça, presidente da UNE, também explicou que a comissão terá como objetivo criar um centro de memória das lutas estudantis com a finalidade de resgatar e documentar toda história da entidade máxima dos universitários.

(da surcursal)

ELEIÇÃO METALÚRGICA

União para varrer o peleguismo em Caxias do Sul

Nos próximos dias 19, 20 e 21 de agosto ocorrerão as eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. A entidade representa cerca de 33 mil operários, espalhados por mais de 200 fábricas. O número de sindicalizados é de aproximadamente 14 mil, sendo que 10 mil estão em condições de voto nesta eleição.

Devido ao peso do sindicato, todas as forças que atuam no meio sindical da região estão envolvidas no pleito - que conta com três chapas. A Chapa 1, encabeçada por Luiz Carlos Castilhos, foi articulada pelo PCB, MR-8 e os setores mais apelegados da atual diretoria. A Chapa 3, por sua vez, reúne também setores direitistas e conta com o apoio material da administração municipal. Já a Chapa 2, **Ação Metalúrgica**, reúne sindicalistas da CUT, do setor combativo da CGT e do PDT e é encabeçada por José Altamiro de Oliveira Paim, o Zecão.

Conforme explica Zecão, "a Chapa 2 nasceu das lutas da categoria, do dia-a-dia nas portas de fábricas e, sobretudo, dos momentos mais decisivos de combate dos metalúrgicos por seus direitos".

Segundo Adroaldo de Carvalho, atual diretor do sindicato e integrante da Chapa 2, "a categoria não aceita mais o peleguismo de certos dirigentes sindicais que só tentam travar as lutas e barrar a nossa organização". Ele garante que os metalúrgicos estão cansados do continuismo "do Castilhos, do Enio Marques, que está no sindicato há 22 anos, e do Ivo, um direitoso da Chapa 3 que já traiu a categoria várias vezes".

Greve em Caxias: as lideranças do movimento estão na Chapa 2

Na sua opinião, a Chapa 2 é a verdadeira oposição. "Ela reúne as principais lideranças da base, o pessoal que sempre esteve presente nos momentos mais difíceis da nossa luta. Já nas outras duas chapas estão os oportunistas, que sumiam na hora da luta e apareciam no final para dar entrevistas à imprensa e tentar manipular o movimento."

(da sucursal)

DECLARAÇÕES DE MAGRI

Protestos na base

Continuam gerando enérgicos protestos as recentes declarações de Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo,contra a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho e a favor da conversão da dívida externa, com a privatização das estatais. Agora as críticas atingem a sua própria base sindical.

Quatro dirigentes do sindicato, vários delegados sindicais da Eletropaulo e da CESP e dirigentes de entidades de trabalhadores em estatais distribuíram nesta semana um manifesto nas empresas do setor condenando as opiniões de Magri. Conforme explicam, "no momento em que os eletricitários veem suas conquistas, como o adicional de periculosidade e a garantia de emprego, ameaçadas pelas empresas e pelo governo, e o Plano Bresser rouba 37,7% dos salários, a categoria sente falta de uma direção firme e conseqüente no Sindicato".

A "Carta Aberta a Antônio Rogério Magri" também mostra que, com suas declarações e atitudes, o "dirigente sindical joga na lata do lixo o programa de trabalho e de lutas com o qual se comprometeu nas eleições do sindicato e desrespeita inclusive as decisões do Congresso Nacional da CGT, entidade da qual é diretor". E afirma: "Você (Magri) hoje é o porta-voz dos patrões. O grande empresariado brasileiro e internacional tem na sua pessoa um verdadeiro aliado e, mais do que isto, um serviçal".

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

ASSASSINATO DE PAULO FONTELES

Homenagens ao advogado dos posseiros

Mais de 800 pessoas foram ao Teatro Margarida Schiwazzapa para o ato solene da instalação da Fundação Paulo Fonteles, dia 11 de agosto - dia que registrava dois meses do assassinato do ex-deputado e dirigente estadual do Partido Comunista do Brasil.

A Fundação Paulo Fonteles objetiva dar continuidade ao trabalho de justiça e de apoio às lutas das entidades populares - motivo pelo qual Fonteles dedicou inteiramente sua vida. Diversas autoridades e lideranças populares se fizeram presentes, e foram unânimes na exigência de punição dos assassinos e mandantes do crime que vitimou o advogado dos posseiros.

Um clima de grande emoção envolveu os presentes quando a mãe de Fonteles, dona Anita, afirmou: "A famigerada UDR está tão simplesmente preparando a sua cama. Pois se hoje ela se sustenta concentrando as terras e as riquezas, à custa de esparramar a miséria e a morte das lideranças, dos filhos do povo, dia há de chegar em que os trabalhadores, os operários e os camponeses, não suportando mais a miséria, estraçalharão com suas próprias mãos os representantes desta nojenta sigla e de toda a reação que impera no nosso país e que é causadora dos nossos sofrimentos, formando assim uma pátria livre e progressista, que Paulo tanto sonhava para o nosso Brasil".

HOMENAGEM NA ASSEMBLÉIA

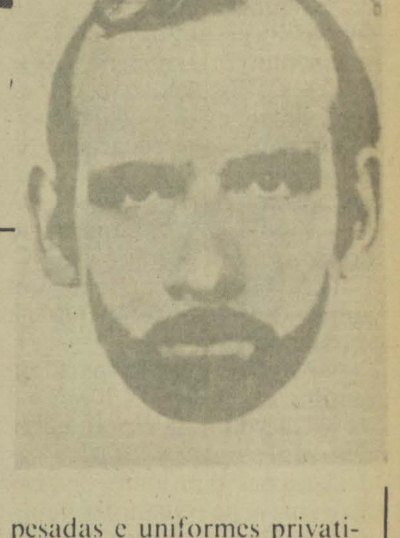
Na tarde do dia 11, Paulo Fonteles foi homenageado em sessão solene na Assembléia Legislativa do Pará. O deputado João Carlos Batista, do PMDB, que requereu a sessão, foi o orador oficial. Compareceram toda a família Fonteles, entidades, e o presidente do PCdoB no Estado, Neuton Miranda.

O deputado João Carlos disse que "Paulo Fonteles foi assassinado pelas armas de latifundiários, com a ajuda da UDR". Cobrou a prisão não só dos assassinos, mas também e principalmente dos mandantes, "facínoras e fascistas, que já mataram muitos colonos e posseiros que lutavam pelo direito à terra". O parlamentar ainda enalteceu o trabalho de Fonteles na luta pela reforma agrária, e cumprimentou a família pela sua atitude combativa e firme.

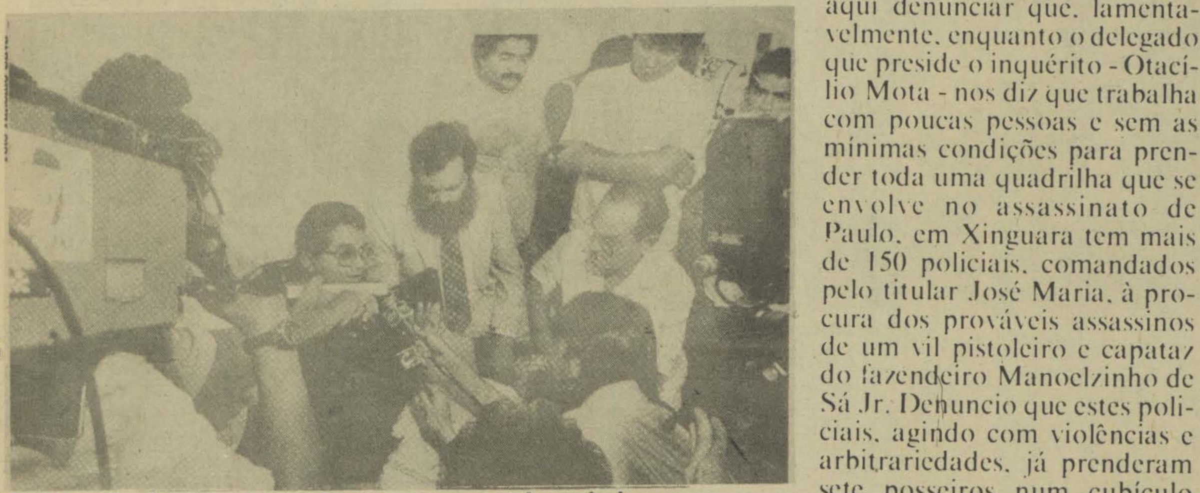
Raquel, viúva de Paulo, representando a família, falou da vida de Paulo no parlamento, onde tão bem soube honrar os compromissos assumidos com o povo. Apelou às autoridades presentes - o vice-governador Hermínio Calvinho, os deputados federais Raquel Capiberibe e Ademir de Andrade, além do deputado Mariuadir Santos, presidente da Assembléia e demais deputados - para que se empenhassem no cumprimento da lei.

ASSASSINOS SOLTOS

"Conseguiram identificar os nomes dos assassinos, pistoleiros e intermediário. O capitão James Silvio Vita Lopes foi o intermediário. Mas é necessário chegar aos mandantes e punir todos os culpados. Quero aqui denunciar que, lamentavelmente, enquanto o delegado que preside o inquérito - Otacílio Mota - nos diz que trabalha com poucas pessoas e sem as mínimas condições para prender toda uma quadrilha que se envolve no assassinato de Paulo, em Xinguara tem mais de 150 policiais, comandados pelo titular José Maria, à procura dos prováveis assassinos de um vil pistoleiro e capataz do fazendeiro Manoelzinho de Sá Jr. Denuncio que estes policiais, agindo com violências e arbitrariedades, já prenderam sete posseiros num cubículo sem direito até a água. Os homens que Fonteles defendia são presos, e seus assassinos estão soltos", afirmou Raquel.



Sessão solene na Assembléia Legislativa em homenagem a Fonteles; embaixo, o retrato falado de Antônio Pereira Sobrinho, um dos assassinos



O delegado Otacílio Mota divulga os nomes dos criminosos

Falta o mandante

O delegado Otacílio Mota, diretor da Divisão de Crimes contra a Pessoa e presidente do inquérito que apura o assassinato de Paulo Fonteles, mandou prender José Antônio da Silva, um maranhense que teria transportado os pistoleiros Antônio Pereira Sobrinho e Osvaldo R. Pereira - assassinos de Fonteles - para fora do Estado.

José Antônio deu indícios de ter fortes ligações com o capitão James Silvio Vita Lopes, o homem que contratou os dois pistoleiros, além de dois policiais que assessoraram os criminosos no levantamento de informações sobre Paulo Fonteles. De suas investigações, o delegado concluiu que a operação foi armada sobre a lideração do capitão James, tendo como ponto de reunião para a organização do crime do Hotel Milano, no centro de Belém.

"O inquérito não está concluído. As investigações continuam no mesmo ritmo. Essa foi a primeira fase do pedido de prisão preventiva para os principais envolvidos", afirmou o delegado Otacílio.

O capitão James, que fazia refeições no Hilton Hotel e possuia uma empresa de segurança fantasma, desapareceu da cidade a partir do dia do crime. O capitão é natural de Bragança Paulista, e sua empresa, a JV-Segurança Privada, prestou serviços para Agropastorial Grupiá, Comepar, Propará, empresas da Fazenda Cidapar, da Konasa e da Real, além de outras firmas localizadas no Sul do Estado. O capitão atuou em Marabá, Moju, Bujaru e outras cidades. Usava sempre armas pesadas e uniformes privativos das Forças Armadas. Contratava homens e dava instruções para militares treinando-os para atuarem em conflitos de terra, roubo de madeira, desvio de mercadorias e outras operações perigosas.

Segundo Neuton Miranda, presidente do PCdoB-PA, o proprietário do grupo Jonasa - a maior frota fluvial particular do país -, Joaquim Fonseca, é o principal mandante do assassinato. Também o banco Bamerindus, que possui uma fazenda de 54 mil hectares em Xinguara, estaria envolvido diretamente no crime.

(Eneida Casteli, da sucursal)

XADREZ

O Brasil nas Filipinas

Mauro Guimarães de Souza, de 19 anos, foi o 12º colocado no Campeonato Mundial Juvenil de Xadrez, realizado de 19 de julho a 3 de agosto em Baguio, Filipinas. Único brasileiro a participar da disputa, Mauro é campeão juvenil do Brasil e campeão adulto da capital de São Paulo, além de estar em 4º lugar na classificação do Estado.

O jovem paulistano teve que procurar patrocinador para participar do campeonato mundial: "Três dias antes do início dos jogos eu ainda não sabia se conseguiria ou não participar. Há uma falta de apoio muito grande para o xadrez no Brasil. No fim, tive que gastar dinheiro do meu bolso para representar nosso país nas Filipinas", conta.

No total, participaram 52 jogadores representando 42 países e a Organização para a Libertação da Palestina. O indiano Onand foi o primeiro colocado, seguido dos soviéticos Ivanchuk e Serper, do norte-americano Wolf, do soviético Okopan e do norueguês Ogdenstein.

Mauro joga xadrez há sete anos: "Um tio me ensinou a mover as pedras, quando eu fiquei doente e não pude sair de casa. Daí eu peguei o gosto. Me inscrivi para campeonatos e fui estudando jogos, procurando me aperfeiçoar".

O jovem campeão brasileiro fala das vantagens dessa modalidade esportiva: "É um jogo que desenvolve a persistência. A gente não fica simplesmente mexendo as pedras no tabuleiro, mas procura estudar o jogo do adversário, traçar uma estratégia para a vitória, pensar qual o melhor lance a fazer. Além disso, é um jogo que traz muitas amizades. A gente fica conhecendo pessoas de todos os lugares, formando um círculo muito unido".

O enxadrista refuta o preconceito de que "jogador de xadrez só sabe jogar xadrez". "Eu mesmo estudo na Faculdade de Filosofia, tenho uma roda de amigos muito grande, jogo futebol de salão todas as semanas. Na Iugoslávia, há poucos anos atrás, um jogador de xadrez foi eleito o atleta do ano..."

POR ONDE COMEÇAR

Atualmente Mauro está preocupado em divulgar o xadrez entre os estudantes. Para isso, em conjunto com a União da Juventude Socialista, está entrando em contato com grêmios estudantis para organizar cursos de xadrez nas escolas: "Na União Soviética o xadrez é matéria optativa - o estudante pode escolher entre aulas de xadrez ou de música. No Brasil, a tendência é valorizar o jogador de xadrez, e não o jogo, como fizeram com o Mekinho".

Para aqueles que estão interessados em se embrenhar na arte do xadrez, Mauro aconselha procurar os círculos de enxadristas. "Todos os Estados têm uma federação de xadrez. O enxadrista tem que procurar sempre adversários mais fortes, para aperfeiçoar seu jogo. Buscar livros sobre aberturas, meio de jogo, encerramentos. Estudar as partidas. Para o iniciante, um bom início é o livro "Xadrez Básico", do Orfeu D'Agostini. É sempre bom, também, participar dos torneios zonais e dos torneios juvenis, que têm inscrições abertas para todos os interessados".

Mauro: cursos nas escolas, junto com a UJS

Leia e Assine Tribuna Operária

TEATRO

Os operários em cena

Em Fortaleza, operários do Bairro Pirambu - um dos mais populosos da cidade - formaram o Grupo Palmares de Teatro Popular e montaram a peça "Fábrica Ativa", que será apresentada, numa promoção da sucursal da **Tribuna Operária**, nos dias 18 e 19 no Teatro da Emcetur.

A peça, com texto de Raimundo Cavalcante e direção de Gerardo Damasceno - presidente do Sindicato dos Gráficos de Fortaleza -, mostra de forma fiel as condições de trabalho dos operários.

"Fábrica Ativa" é um espelho que reflete as relações patrão empregado, onde os trabalhadores amargam a exploração e a falta de liberdade. Indo além, a peça mostra as relações dos operários na família e a extensão dos seus sentimentos de opressão, levantando e questionando o machismo", conta o autor.

Os personagens da "Fábrica Ativa" vivem a explosão da consciência dos oprimidos. Mostram o vazio da vida alienada e as aspirações dos trabalhadores, que, com a eclosão de uma greve onde os operários se unem, obtem a vitória.

Não foi fácil para esse grupo de operários artistas mostrar seu trabalho num dos teatros da cidade. Sem patrocínio e sem apoio, os componentes do grupo levam ao público, de forma bela e criativa, a mensagem de suas próprias vidas. Demonstram ainda que o povo, na sua aspiração de liberdade e igualdade, faz com as próprias mãos a arte de sua história, mesmo que esbarre em toda espécie de obstáculos pois, no nosso país, a produção artística ainda é monopólio de poucos.

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) □ Cz$ 1.000,00
Anual popular (52 edições) □ Cz$ 500,00
Semestral (26 edições) □ Cz$ 500,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares) □ Us$ 70

Nome: ....
Endereço: ....
Bairro: ....
Cidade: .... CEP: ....
Estado: ....
Profissão: ....
Data. ....

Recorte este cumpom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP: 01318

Tribuna da Luta Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olivia Rangel.
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **Maceió:** R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. **Paratinga:** R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. **Salvador:** R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. **Iguatú:** praça Otávio Bomfim, s/n, Altos, - CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921 - Fone: 221-5444 - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Campina Grande:** Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Marinho, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. **Londrina:** R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.
PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. **Garanhuns:** R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiai, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. **Bento Gonçalves:** R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. **Canoas:** R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelotas:** R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria:** R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. **Rio Grande:** R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. **Ijuí:** R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** R. Nunes Alves 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 31º - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Botucatu:** R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. **Campinas:** R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Marília:** R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Osasco:** R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** R. Anisio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos:** R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - *Composição, Past-Up e Fotolito: Pauta Editora Ltda, Fone: 35.9738.* - Impressão: Cia. Jocues, Fone: 815-4999 - São Paulo

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

O cenário da greve do dia 20

Com a aproximação da data da greve geral, no dia 20, é visível a intensificação dos preparativos em todo o país. As duas centrais sindicais (CGT e CUT), que convocam o protesto nacional, reafirmaram em suas últimas plenárias a disposição de reforçar a mobilização, garantindo que "a greve é irreversível". Desta forma, desmentiram as insistentes notícias da imprensa que tenta dividir e inviabilizar o movimento.

Na quinta-feira, dia 13, o fórum intersindical unitário, que reúne dirigentes da CGT, CUT, CPB, Andes e várias confederações nacionais, decidiu dinamizar a preparação da greve geral. Entidades populares que apóiam o protesto contra a política econômica do governo Sarney, como a UNE, UBES e Conam, também anunciaram maior empenho na mobilização.

No mesmo dia, na parte da manhã, a Executiva Nacional da CGT, reunida em Brasília, desautorizou na prática as declarações de alguns de seus dirigentes pelo cancelamento da paralisação. A resolução do encontro foi tachativa nesse sentido, tanto que imediatamente foram enviados telex a todas as CGTs estaduais confirmando a data do protesto.

O quadro da preparação da greve ainda é precário. Nota-se, entretanto, que há grande diferenciação entre os Estados, havendo alguns em melhores condições de adesão e outros apresentando debilidades. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as perspectivas são otimistas. Isto porque o setor de transportes, que é estratégico, decidiu jogar peso na mobilização.

No Rio de Janeiro também ocorreram avanços no sentido da ação unificada. O comando da greve inclusive intensificou a divulgação do movimento entre a população. Um panfleto com "os dez mandamentos da greve" tem sido distribuído nas ruas e praças públicas. Ele aconselha o carioca a retirar o dinheiro dos bancos antes do dia 20; fazer compras na véspera; não acreditar nas notícias das rádios e televisões.

Já o Nordeste promete repetir o êxito da greve geral anterior, em 12 de dezembro. Segundo Sérgio Barroso, dirigente nacional da CGT, "temos condições de ampliar a paralisação. O nordestino está insatisfeito, em pé de guerra, e o abono do Sarney serviu para aumentar a revolta". Ele informa que no seu Estado, Alagoas, várias categorias realizaram assembléias e alguns sindicatos já formaram suas comissões de piquetes. No caso da Bahia, no último dia 12 ocorreu uma passeata com mais de mil trabalhadores pelas ruas centrais de Salvador.

O Estado que até agora apresenta maiores problemas é São Paulo. As plenárias estaduais das duas centrais decidiram reforçar a mobilização nos próximos dias, promovendo mutirões em feiras e locais de concentração. O calendário de atividades também prevê a realização de comícios-relâmpagos nas portas das maiores fábricas. De acordo com os sindicalistas, as recentes demissões na indústria geraram confusão nas bases.

Outros fatores também têm criado obstáculos à preparação da greve. Nos últimos dias, o governo federal, preocupado com o ascenso da mobilização, passou a interferir mais no assunto. Para isso, utiliza-se de vários recursos. Convocou alguns sindicalistas ao Palácio do Planalto, como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para dar a impressão de que está aberto à negociação e tentar dividir o movimento. Anunciou a concessão do abono salarial - um recurso demagógico que teve efeito contrário, aumentando a revolta entre os assalariados. E faz ameaças em tom policial, como a de que o Exército ficará de prontidão no dia 20.

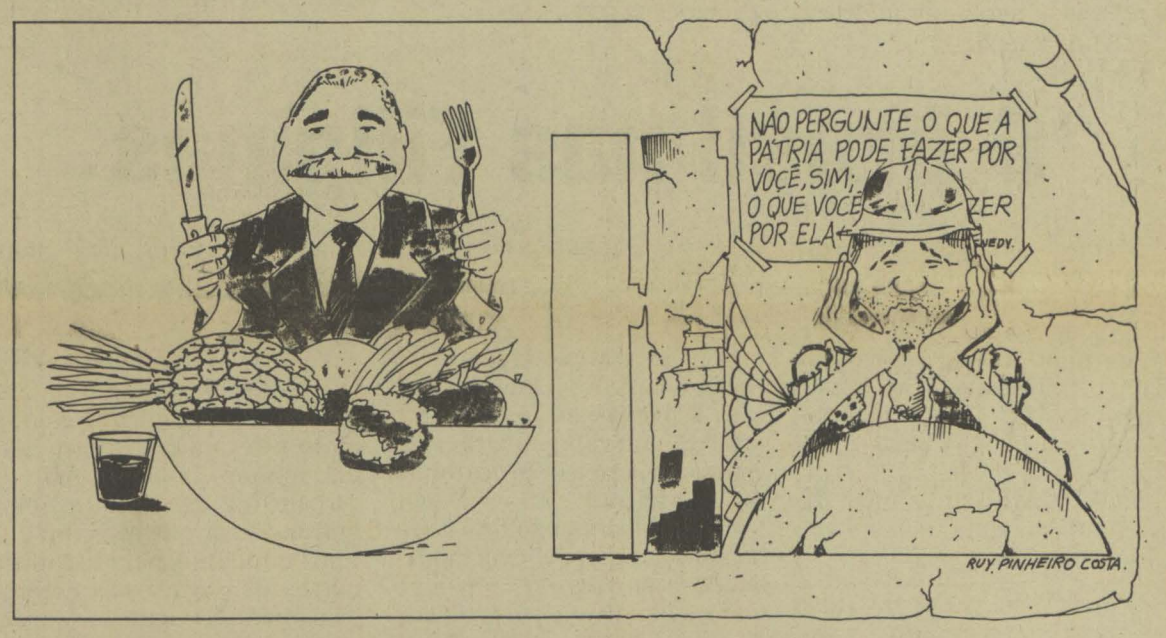
Já os empresários deixaram a aparente neutralidade de lado e agora fazem ameaças e tentam cooptar dirigentes sindicais. A Fenaban (federação dos banqueiros) anunciou que pretende demitir as lideranças grevistas e descontar o dia parado. E a Confederação Nacional do Comércio recomendou às empresas o pagamento do resíduo salarial. Em compensação recebeu a promessa do arquipelego Antônio Alves de Almeida, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e dirigente da USI, de que fará de tudo "para evitar a greve".

O bombardeio contra o protesto, entretanto, não parte apenas dos patrões e do governo. No próprio meio sindical há muitos dirigentes que não têm feito nada pelo sucesso do movimento. Mesmo anunciando formalmente sua adesão à greve, trabalham nos bastidores pela sua inviabilização. Ricardo Baldino, dirigente da CGT e homem de confiança de Antônio Magri, declarou várias vezes que "a paralisação não é o melhor caminho. Devemos é forçar a negociação". Já Paulo Azevedo, sindicalista de prestígio da CUT, acabou jogando água no moinho dos setores de direita do movimento sindical ao afirmar: "Podem me chamar de pelego, mas se o clima na base continuar frio eu vou falar contra a greve".

Para Joaquim Andrade, da CGT, agora não é o momento para avaliar as condições da greve. "Temos ainda vários dias de mobilização e o nosso papel é mobilizar e não ficar reclamando das dificuldades", afirmou. Sérgio Barroso vai mais além: "Alguns sindicalistas se utilizam do argumento das dificuldades na preparação para justificar sua posição antigreve. A insatisfação entre os trabalhadores é real e os sindicatos têm é que corresponder às expectativas de mudanças na base. Se intensificarmos a preparação da greve, esta será a maior da nossa história".

(Altamiro Borges)

Manifestação dos trabalhadores do Rio Grande do Norte na greve geral de 12 de dezembro passado. O Nordeste quer repetir a dose em 20 de agosto



Razões para lutar

O presidente José Sarney adora tergiversar, afirmando que tudo vai muito bem no país, os salários estão crescendo, e a economia também. Enfim, tudo é bonito, tudo é maravilhoso. A crise existe apenas nas mentes de algumas pessoas. Para ele, não há motivos para protestos e só os maus brasileiros podem pensar em fazer uma greve geral num momento deste.

Mas a verdade dos fatos está muito distante do discurso presidencial. Na realidade, os trabalhadores dispõem de abundantes razões para realizar a greve geral e continuar lutando por aumentos salariais e por mudanças na atual política econômica, de caráter nitidamente entreguista. Abaixo publicamos um resumo de como se encontra a situação dos salários, do emprego e preços.

SALÁRIOS. Ficou largamente comprovado que o Plano Bresser, instituído em junho, consolidou o maior arrocho salarial da história do país. Sequer o governo ousou contestar esse fato, preferindo vender como compensação a hipótese nada provável de que as coisas melhorarão daqui para a frente em função da estabilidade dos preços, que, aliás, vem se revelando mais uma empulhação.

As informações mais detalhadas sobre as perdas salariais foram levantadas pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicas, o Dieese, num minucioso estudo. O órgão estima que os prejuízos médios acumulados pelos salários desde março de 1986 (quando foi editado o Plano Cruzado I) eram de 37,7% em junho. No mês seguinte, entretanto, as perdas continuaram - em decorrência da inflação - alcançando 44,64% no final de julho (em média, sendo que há categorias que perderam mais e outras menos, de acordo com as respectivas datas-base). A recomposição do poder de compra dos salários, em alguns casos, exige reajustes superiores a 80%, dado que o percentual para recomposição é necessariamente sempre maior que o das perdas (o salário que perde 50% de sua capacidade de compra, passando de 100 para 50, por exemplo, necessita de um reajuste de 100% para recompor seu valor inicial - 50 + 100% x 50 = 100).

O Plano Bresser, porém, não se limita a consolidar perdas. Implica ainda em novo arrocho na medida em que a inflação continue subindo (o próprio ministro reconheceu que os prejuízos dos trabalhadores daqui para a frente poderão ser maiores, inclusive, que os verificados no período do gatilho salarial). O Dieese estima que, em pouco tempo, as perdas médias chegarão a 50%.

Outros institutos, como a Fundação Getúlio Vargas, e até mesmo o Ministério do Trabalho, fizeram projeções sobre perdas salariais, chegando a resultados parecidos com os do Dieese.

O MÍNIMO: Em termos absolutos, para verificar a situação miserável dos salários atuais, basta atentar para o valor do salário mínimo, com o qual se remunera 33% dos trabalhadores brasileiros: é de Cz$ 2.220, ainda o menor da história do país, mesmo depois do irrisório abono concedido pelo governo (de Cz$ 250). Somente o preço da cesta básica para um trabalhador chegou, no final de julho, a Cz$ 1.892,78 em São Paulo, segundo o Dieese. O mínimo, para cumprir os requisitos constitucionais, deveria ser hoje de Cz$ 15.953,28.

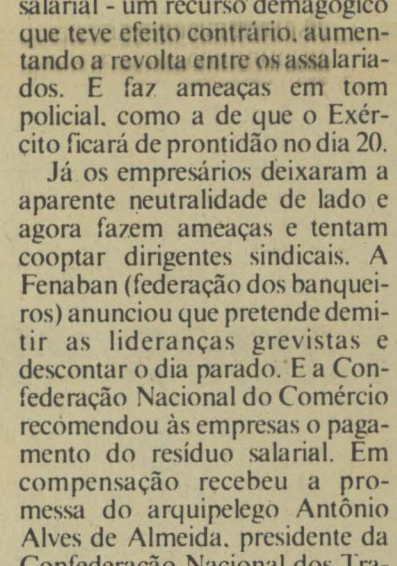
DESEMPREGO E PREÇOS: Péssima para os trabalhadores é, igualmente, a situação do mercado do trabalho. Em julho, somente em São Paulo, a indústria de transformação demitiu 40,7 mil pessoas, "número extremamente forte que reflete a crise em todos os setores da indústria", conforme admitiu um diretor da Fiesp. O Ministério do Trabalho calcula em 0,30% a queda do nível de emprego em junho - o que representou 66 mil novos desempregados naquele mês no país. O IBGE também registrou seu maior índice de desemprego aberto em julho (4,3%) desde o primeiro semestre de 1985.

Quanto aos preços, a coisa também anda preta. O IGP da Fundação Getúlio Vargas subiu 9,33% em julho, indicando uma evolução perigosa de alguns preços ao atacado (bens de produção, +12,1%; matérias-primas, +16,84%; produtos agrícolas, +16,91%), que já estão pressionando os custos na indústria e no comércio, e mais cedo ou mais tarde se refletirão no varejo. Cedendo à pressão dos capitalistas, na prática o governo já deu início à chamada fase de flexibilização dos preços, autorizando o reajuste de vários produtos e, ainda, das passagens de ônibus (em até Cz$ 1,50, o que em alguns Estados significou alta de mais de 30% sobre os preços anteriores). A inflação e seu mais pródigo filho, o arrocho salarial, estão longe de ser controlados.

(Umberto Martins)

Um movimento justo

Ronald Freitas



Ponto de vista sindical

A greve geral do dia 20 tem um grande significado para a luta operária e dos demais trabalhadores. Na sua pauta de reivindicações exige-se reposição de perdas salariais decorrentes da política econômica do governo e também a suspensão do pagamento da dívida externa; uma Constituição democrática e progressista, e o fim do governo Sarney, através de eleições diretas em 1988.

A amplitude dos objetivos e a justeza de suas reivindicações são atestados eloqüentes de como o movimento sindical brasileiro vai adquirindo maturidade e compreendendo que só através da participação na luta política de toda a sociedade conseguirá alcançar seus objetivos.

O governo e seus porta-vozes na área trabalhista e sindical saem em campo criticando a realização da greve. Tacham-na de meramente política, e que por isso não trará ganho aos trabalhadores. Isso demonstra como esses senhores procuram ludibriar a opinião pública, buscando vender a idéia de que uma greve só se justifica se for por aumento salarial imediato.

A experiência acumulada durante séculos de luta contra a exploração do capital e dos governos que o representa, aqui ou alhures, já ensinou sobejamente à classe operária que só a reivindicação de melhores salários - a luta econômica - é insuficiente para garantir bem-estar e trabalho. Que, além dos embates imediatos, o operariado deve não só participar, mas procurar estimular e dirigir lutas políticas. Só quando ele passa a desenvolver intensa atividade política e direciona essa atividade para chegar ao poder, cria as condições para conquistas duradouras.

A mobilização contra a greve por parte do Planalto, serviços de segurança militar, patrões, imprensa, pelegos empedernidos etc, mostra como esses senhores estão apavorados com as possibilidades de êxito do movimento, e o que isto significará para seus planos continuístas e entreguistas. E não é sem motivos que eles se preocupam. A insatisfação popular com Sarney é geral.

A greve do dia 20, se correta e intensamente preparada, poderá ser o catalizador dessa insatisfação e transformar-se num grande ato político contra o governo. Será, igualmente, um impulso significativo na campanha por eleições presidenciais em 1988.

Fundação Maurício Grabois